



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente anunciou que estará ausente e não participará na discussão e votação dos pontos 22, 23 e 24 da ordem do dia, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

Nenhum dos restantes membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2014
4. REQ. N. 1521/14, DATADO DE 10/10/2014 – PC N.º 313/14, DATADO DE 17/09/2014 – ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA
5. REQ. N. 260/14, DATADO DE 20/02/014 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES

6. REQ. N. 1610/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 375/11, DATADO DE 03/10/2011 – ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ
7. REQ. N. 1618/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º 232/14, DATADO DE 30/06/2014 – PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY, LDA
8. REQ. N. 1341/14, DATADO DE 08/09/2014 – PC N.º 261/14, DATADO DE 21/07/2014 – VERA FLOR GONÇALVES ROSA
9. REQ. N. 1477/14, DATADO DE 07/10/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 31/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
10. REQ. N. 1534/14, DATADO DE 14/10/2014 – PC N.º 115/13, DATADO DE 23/04/2013 – TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA.,
11. REQ. N. 1602/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES
12. REQ. N. 2035/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.
13. REQ. N. 50/12, DATADO DE 10/01/2012 – PC N.º 102/09, DATADO DE 18/05/2009 – OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA
14. REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA.
15. REQ. N. 446/14, DATADO DE 28/03/2014 – PL N.º 06/04, DATADO DE 06/01/2004 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
16. REQ. N. 1357/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 58/03, DATADO DE 30/01/2003 – ANTÓNIO DA COSTA LEAL
17. REQ. N. 1027/14, DATADO DE 08/07/2014 – PC N.º 245/14, DATADO DE 08/07/2014 – NOS COMUNICAÇÕES, SA
18. REQ. N. 1449/14, DATADO DE 02/10/2014 – PC N.º 329/14, DATADO DE 02/10/2014 – SPORTING CLUBE MARINHENSE
19. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
20. ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

21. **REGULARIZAÇÃO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL, DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**
22. **CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**
23. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO PROGRAMA PARA 2015. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**
24. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2015. MANDATO DISCRIMINADO.**
25. **EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES NO MUSEU JOAQUIM CORREIA CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**
26. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.**
27. **REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 78, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES – MARIA DA CONCEIÇÃO ALVADIA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**
28. **PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – CLUBE DE ATLETISMO DE MARINHA GRANDE. EMISSÃO DE PARECER**
29. **CESSAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS**
30. **ANULAÇÃO DE GUIAS E RESTITUIÇÃO VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO**
31. **PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**
32. **ATRIBUIÇÃO DE PATROCÍNIO FINANCEIRO A AGENTES DESPORTIVOS QUE PROJETERM INTERNACIONALMENTE O NOME DE PORTUGAL – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE**
33. **CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

34. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES  
OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO
35. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS  
PLURIANUAIS
36. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DO SR. VEREADOR CARLOS ALBERTO  
FERNANDES LOGRADO**

819 - Presente e-mail datado de 29/10/2014, enviado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, que se anexa (**Anexo 1**), com o seguinte teor:

*“Exmo Senhor Presidente,  
Em conformidade com a legislação em vigor, venho por este meio solicitar a suspensão do meu mandato de vereador, no período compreendido entre 30 de Outubro e 5 de Novembro, por ter de prolongar a meu afastamento temporário da área da Marinha Grande. Durante o período de suspensão, serei substituído pela Senhora Dona Maria João Gomes, candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho.  
Antecipadamente grato e com os meus melhores cumprimentos, subscrevo-me.  
Atentamente,*

***Carlos Logrado”***

A Câmara Municipal apreciou o pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, e delibera aprová-lo por unanimidade.

Considerando que nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, e que neste momento se encontra presente a substituta, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes, a substituição operou-se de imediato.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:**

**1 – Sr.ª D.Catarina de Oliveira Soares**, residente na Rua Ponto da Boavista, n.º 23, 2.º esq.º, Marinha Grande, que solicitou informações sobre a abertura de duas salas de Jardim de Infância na Escola João Beare. Perguntou como é que as obras foram feitas e o que é que a Câmara tem feito junto do poder central para abertura destas salas.

**2 – Sr. Luís Manuel Gabriel**, residente na Rua do Tojal, n.º 5, Camarnal, Marinha Grande, que falou em seu nome e no dos moradores no lugar do Camarnal, sobre a necessidade de facilitar a circulação do trânsito no cruzamento das cinco ruas existentes junto ao bairro social velho, algumas com dois sentidos, que confluem todas para o mesmo local, cuja solução poderá passar pela construção de uma rotunda.

Para documentar este pedido fez entrega de um abaixo-assinado dos moradores, fotos do local e um recorte de jornal com a publicação de um artigo que escreveu sobre este assunto.

**Depois de cumprimentar todos os presentes, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, no âmbito dos seus pelouros, respondeu o seguinte à D. Catarina Soares:**

⇒ Agradeceu a questão que colocou e informou que desde a primeira hora que este projeto foi apoiado pela Câmara Municipal da Marinha Grande, porque se sentia esta falta de resposta no centro da cidade, embora haja muitos jardins-de-infância na periferia. A Escola João Beare contactou a Câmara e esta acolheu de bom grado, pois na altura estavam a ser feitas obras nas casas de banho. A Diretora e as técnicas de Coimbra deram parecer favorável à abertura das salas, desde que as casas de banho sofressem alterações, adaptando-as à idade das crianças, e a Câmara assim procedeu. Estava tudo em andamento quando Coimbra informou que o processo tinha que ir a Lisboa, ao Secretário de Estado. Neste momento sabe-se que o parecer será favorável, mas o processo ainda não chegou à secretária do Secretário de Estado. Face a esta inércia, sugeriu à Diretora do Agrupamento a marcação de uma reunião com o Secretário de Estado, disponibilizando-se para ir também. Dado que da parte da Câmara, de Coimbra e do Agrupamento de Escolas está tudo feito, estando apenas à espera de uma assinatura, entende que a pressão que se pode fazer é ir a Lisboa, tentar desbloquear o processo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

**O Sr. Vereador Paulo Vicente, no âmbito dos seus pelouros, respondeu o seguinte ao Sr. Luís Gabriel:**

⇒ Depois de receber os documentos entregues pelo Sr. Luís Gabriel, informou que vai despachá-los para os serviços de planeamento da Câmara, para que seja elaborado um estudo viário para o local, cuja solução poderá ou não passar pela execução de uma rotunda.

O **Sr. Luís Gabriel** perguntou quanto tempo levará a ser feito esse estudo.

O **Sr. Vereador** pediu-lhe para o contactar dentro de um mês.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**820 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar as seguintes propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira:**

**1 – VOTO DE LOUVOR PÚBLICO A TODOS OS PARTICIPANTES NA REPRESENTAÇÃO DA PEÇA “PALCO DE MEMÓRIAS”**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

821 - No passado dia 25 de Outubro de 2014, reabriu ao público a Casa da Cultura – Teatro Stephens.

O ponto mais relevante desta reabertura teve lugar com a representação da peça “ Palco de Memórias” do encenador marinhense, Norberto Barroca.

Esta peça que tem vindo a ser apresentada desde essa altura, é de uma dignidade tal que estou certo perdurará por todo o sempre na história cultural da Marinha Grande.

As muitas centenas de marinhenses que têm tido o prazer de assistir a esta sublime representação teatral, são a prova viva das emoções criadas junto das nossas gentes.

É nestes termos que a Câmara Municipal da Marinha Grande tem de publicamente manifestar o seu profundo agradecimento a todos aqueles que participaram nesta grande manifestação cultural.

**Face ao exposto a Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida no dia de hoje, 30 de Outubro de 2014, delibera por unanimidade e aclamação, expressar o seu agradecimento e atribuir um voto de louvor público a todos os participantes na representação da peça “Palco de Memórias, tomando ainda as seguintes decisões:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

- 1 – Realizar em data a acordar uma sessão pública com todos os participantes;**
- 2 – Entregar nessa sessão, a cada participante, um voto de louvor, assinado pelo Snr. Presidente de Câmara e pelo Snr. Vereador da Cultura, de reconhecimento e comprovativo da sua participação neste acontecimento.**

Os agraciados por este louvor público são os seguintes:

**Texto, Encenação e Direção**

Norberto Barroca

**Figurinos** Mário Dias Garcia

**Elementos cenográficos** José Freire

**Arranjos musicais** Tiago Ferreira

**Coreografia** Diogo Carvalho

**Iluminotecnia** Carlos André Santos

**Sonoplastia** Carlos Martins

**Projeção multimédia** António Guilherme

**Contra Regra** Isabel Loureiro

**Intérpretes:**

**Grupo de Teatro do Sport Operário Marinhense**

Adriana Vieira, Duarte Salvador, Ermelinda Silva, Fátima Bonifácio, Isabel Ferreira, Ivo Bento, Jorge Pina, José Luís Coelho, Luís Rosado, Nuno Nunes, Olga Franco, Rui Santos, Sandra Martinho

E os jovens Carolina Pina, Duarte Sá, Francisco Vieira, Mariana Reis, Pedro Teles

**Grupo de Teatro do Sport Império Marinhense**

Beta, Cesário Ribeiro, Fernando Miguel, João Trindade, José Vieira, Pedro Fernandes, Vânia Galo

**Escola de Dança Diogo Carvalho**

Gualter Santos e Rita Ramusga

**Cantores:**

Ana Joaquim, Ana Santo, Deolinda Bernardo, João Leiria, Silvina Pereira

**Músicos:**

Adelino Oliveira (Contrabaixo), José Carlos (Bateria), José Pires (Viola), Ricardo Silva (Guitarra), Tiago Ferreira (Piano)

**Participação especial:**

Maria do Rosário Font (Piano)

**Orquestra da Marinha Grande**

Maestros (em rotação) Márcio Pereira, Ricardo Santos, Ricardo Rebelo, Rui Fragata

Músicos (em rotação) Adriana Tavares, Alexandra Santos, Alexandre Rodrigues, Ana Oliveira, Ana Tojeira, André Martins, André Pereira, André Santos, Catarina, Coutinho, Daniel Vieira, Ferreirinha, Francisco Saraiva, India, Inês Aleixo, Inês Branco, Inês Ferreira, Inês Guerreiro, Inês Santos, João, João Amaral, João Fortes, João Lopes, João Santos, Lara,



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Maria Beatriz, Maria Margarida, Mariana Cardeira, Mário Pereira, Miguel Ferreira, Miguel Mendes, Nuno Ribeiro, Rafael, Sara Martins, Sérgio Martinho, Vasco, Zé Pedro, Zuca

#### **Tocândar**

Direção Paulo Tojeira

Bruno Pedro, Diogo Ferreira, Fábio Gomes, João Vila Verde

#### **Equipa técnica:**

Direção e produção executiva

Maria de Fátima Bentes

Diretor de Cena

José Freire

#### **Guarda Roupas**

. Esmeralda de Sousa

. Guarda Roupas da Câmara Municipal de Marinha Grande e do Sport Operário Marinhense com figurinos de Mário Dias Garcia e execução de Joaquina Garcia

. Guarda Roupas Maria Gonzaga (Lisboa)

Postiços Manobras d'Arte (Lisboa)

Técnico de Som António Ribeiro

Operador de Luz Carlos André Santos

Operador de Som Carlos Martins

Assistentes de Palco Albino Costa Carvalho, Luciano Correia, Mário Gréu, Natalino Monteiro

Assistentes de Camarins Alida Lopes Jorge, Ana Jorge, Antero Faria, Ascensão Marques

Protocolo Ana Cristina Simões

Frentes de Casa Eleonora Nunes e Rita Pedro

Assistentes de Sala Carla Simão, Dina Morgado, Miguel Afonso, Rui Germano, Sandra Neto, Susana Marques

Receção do Museu/Casa da Cultura Helena Viegas, Tânia Rosa

## **2 – AGRADECIMENTO ÀS ENTIDADES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ÊXITO DA REPRESENTAÇÃO DA PEÇA “PALCO DE MEMÓRIAS”**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

822 - A Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida no dia de hoje, 30 de Outubro de 2014, delibera por unanimidade e aclamação expressar o seu agradecimento às seguintes entidades que de qualquer forma contribuíram para o enorme êxito da representação da peça “Palco de Memórias”. Do teor desta deliberação deve ser dado conhecimento através de ofício a todos os interessados.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Atlético Club Marinhense  
Biblioteca de Instrução Popular (Vieira de Leiria)  
Bombeiros Voluntários da Marinha Grande  
Escola de Dança Diogo de Carvalho  
Floriano Ferreira da Silva (vidros)  
Associação Novo Olhar  
Junta de Freguesia da Marinha Grande  
Fundação Portuguesa das Comunicações (Lisboa)  
Sport Império Marinhense  
Sport Operário Marinhense  
Teatro Amador de Sandim (Vila Nova de Gaia)  
Teatro Experimental do Porto (Vila Nova de Gaia)  
Vidre Expor  
Fialhotel Artigos de Hotelaria Lda  
Rui Lopes (moldes)  
Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras  
Maria Capitolina  
Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande  
Jornal da Marinha Grande  
Rádio Clube Marinhense  
Companhia das Velharias  
Teatresco – Teatro de Grupo  
Carlos Farto Silva  
Francisco Ferreira  
Madalena Lemos  
Carmélia Lemos  
Ana Isabel Felismina (Nazaré)  
Rita Matias Santos

### **3 – VOTO DE LOUVOR PÚBLICO AO JUDOCA MARINHENSE NUNO SARAIVA**

#### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**823 - A Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida no dia de hoje, 30 de Outubro de 2014, delibera por unanimidade e aclamação atribuir um voto de louvor público ao judoca marinhense Nuno Saraiva, que no Campeonato do Mundo de Júniores, realizado em Miami – USA, entre 22 a 26 de Outubro, conquistou a medalha de bronze na categoria de menos de 73 Kg.**

**A participação de Nuno Saraiva nas mais diversas competições internacionais é um orgulho para todos nós e um exemplo a ser seguido por todos os desportistas.**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Sobre o público – disse que as suas pretensões são bem-vindas e elogiou a tenacidade e firmeza demonstrada na resposta que foi dada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra à D. Catarina Soares. Espera que dê resultados. A questão da rotunda no Camarnal foi de resposta rápida e espera que a solução seja encontrada também rapidamente.

### **De seguida passou à intervenção que trazia escrita, que leu e que se reproduz:**

- ⇒ “ Fernando Alves – é meu amigo e mestre treinador há mais de 40 anos. Deu e tem dado um contributo decisivo à evolução da modalidade no nosso concelho. Com ele fiz parte da 1.<sup>a</sup> equipa ganhadora da estafeta S. Pedro de Muel/Marinha Grande. Estou a falar de um treinador/juiz e dirigente desportivo do nosso concelho – Fernando Alves. Foi homenageado durante o 19.<sup>o</sup> aniversário do Clube de Atletismo da Marinha Grande. Quero aqui também deixar a minha homenagem ao Fernando Alves – é merecida e justa.
- ⇒ Aproveito para homenagear Nuno Saraiva, que conquistou o bronze no Campeonato do Mundo em Miami.
- ⇒ Casa da Cultura – finalmente abriu o nosso tão desejado Teatro Stephens – designada Casa da Cultura da Marinha Grande. Deu-se um passo de gigante na área da cultura no nosso concelho. Há muito que o nosso concelho era merecedor de uma obra como esta. Sinto-me orgulhoso porque sempre contribuí há mais de 4 anos com o meu voto favorável para que no dia 25 de outubro fosse inaugurada. Parabéns a todos que levaram por diante a requalificação do Teatro Stephens – Casa da Cultura.
- Um país ou um concelho não é rico pelos seus bens materiais mas sim pela sua cultura, pelo saber, pelo conhecimento. Temos a nossa Casa da Cultura aberta e parafraseando Norberto Barroca, queremos que seja uma Casa da Cultura de todos os marinhenses para todos os marinhenses.
- ⇒ Fundos Comunitários Portugal 2020 – estes fundos vão dar mil milhões de euros até 2020, para tornar as cidades mais inteligentes.
- A Marinha Grande merece trilhar este caminho. Sempre o fez com o vidro, os moldes, na inovação, no desenvolvimento, no conhecimento. É altura de tornarmos a nossa cidade inteligente.
- Foi pena não termos aproveitado bem os fundos comunitários do QREN e outros que antecederam. Tínhamos a piscina e o mercado, que Pataias já tem, e saneamento. Temos alguns elefantes brancos, coisas de políticas passadas e

erradas, que não vale a pena falar agora. Temos que fazer uma condução para a frente e não pelo retrovisor. É uma oportunidade, temos de ser pioneiros. Podemos fazer da Marinha Grande uma cidade ainda mais inteligente, sustentável, assim haja projetos e iniciativas.

A Marinha Grande pode ainda obter outros financiamentos para o mesmo fim, em programas mais específicos:

- HORIZONTE 2020, em que o mais importante é a ciência, a tecnologia e projectos de investigação;
- ESPON
- URBACT
- SMART CITIES,

Entre outros, que podemos fazer individualmente ou através de consórcio com outras cidades – porque não Leiria?

É uma oportunidade para abrirmos uma janela à transformação digital da nossa cidade, situação há tanto tempo por mim reclamada quando falava da desmaterialização da nossa Câmara e da nossa cidade. Não podemos perder esta oportunidade, temos de colocar a nossa cidade numa cidade digital. Pensar amanhã pode já ser tarde. Tem de ser ainda hoje. A Marinha Grande merece ser uma cidade inteligente, uma cidade digital.”

⇒ Questão de uma munícipe – foi abordado por uma munícipe que esteve numa mesa nas últimas eleições, que lhe disse que sabe que o Presidente já tem na sua secretária a autorização para pagamento da subvenção há mais de um mês e ainda não assinou, e a munícipe ainda não recebeu aquilo a que tem direito.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte relativamente às intervenções do público:**

⇒ A munícipe Sr.<sup>a</sup> D. Catarina de Oliveira Soares, veio falar sobre as duas salas de Jardim de Infância na Escola João Beare, tendo registado com preocupação a questão que a senhora colocou, dada a importância que o desenvolvimento cognitivo e a socialização têm na primeira infância e a função que o ensino pré-escolar representa no processo educativo desde bastante cedo. Referiu que analisou o email que esta senhora enviou, e, de facto, gostava de perceber melhor a questão, sobretudo como é que é programada a rede escolar ao ponto de se chegar a esta data sem saber se há ou não autorização de abertura de salas para o Jardim de Infância na João Beare? Em julho passado questionou o executivo sobre isto e, como é sabido, ainda continua a aguardar resposta. Por isso não acha razoável que o Município não tenha oferta de sala suficiente para a procura dos pais.

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. Luís Manuel Gabriel, em representação dum grupo de cidadãos, que veio pedir que o encontro de várias estradas no Camarnal tenha uma solução, para evitar os acidentes, realçou que ainda bem que vieram manifestar essa preocupação, e que, como foi dito pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, que conhecem bem o problema, o deviam ter resolvido antes do munícipe ter ido para os jornais.
- ⇒ De seguida passou ao **elogio público a três entidades**, porque acha que é fundamental fazê-lo e é um princípio para que se homenageiem os tantos marinhenses ilustres:
- Casa da Cultura – elogiou a sua abertura e referiu que esta primeira peça não foi para todos, pedindo, se for possível, para que seja alargado o período de representação ou que se volte a fazer noutro momento, permitindo a todos os marinhenses que o queiram vir assistir.
  - Nuno Saraiva – enalteceu e congratulou-se com o judoca marinhense Nuno Saraiva, que conquistou a medalha de bronze do campeonato do mundo de júniores, realizado na Florida, nos Estados Unidos. Este marinhense só teve dois atletas no mundo inteiro na sua categoria que ficaram à sua frente. Dos cinco combates em que participou apenas perdeu um. É um enorme prestígio para ele, para os seus treinadores e para a família. A Marinha Grande está orgulhosa deste seu filho, e congratula-se que a Câmara Municipal lhe faça uma homenagem pública. Realçou ainda que o Nuno combateu com a orelha partida e por isso com a cabeça atada.
  - André Granja – enalteceu o fotógrafo marinhense André Granja, por ter vencido o concurso de fotografia do portal bombeiros.pt que envolveu a nível nacional 70 participantes e 203 fotos. O júri reconheceu a qualidade e criatividade das imagens
- ⇒ Rua do Olheirão, na Moita – Sobre a questão da Rua do Olheirão, na Moita, com as tubagens de águas e esgotos a desaguarem para um terreno particular, disse que já tinha levantado o problema em março, e que na reunião de 3 de julho o Sr. Vereador Paulo Vicente afirmou que iria reunir-se com as pessoas. Até ao momento nada foi resolvido. O Sr. Presidente da Junta da Moita diz que conhece bem o problema, que tem alguns anos, que foi feito no seu mandato e que foi um erro que a Câmara agora não quer assumir. Ainda não começou a chover e o terreno já está inundado de água. É urgente que se resolva o problema, pois para além de estar a vitimizar um munícipe, pode vir a tratar-se duma questão de saúde pública. Se a Câmara é uma entidade de bem, e se assumidamente cometeu um erro, deve resolver rapidamente a situação.
- Referiu ainda que na reunião de 3 de julho tinha sugerido que a Câmara patrocinasse uma reunião no local com a Junta e o munícipe. Como até ao momento não foi feita, como conta a Câmara resolver este problema?

- ⇒ Rua da Aventura – Referiu que um grupo de munícipes o questionou sobre o estado da Rua da Aventura. Visitou a rua e confirmou que está num estado de degradação inqualificável para transitarem automóveis. As raízes dos pinheiros criam lombas dignas de qualquer prova de todo o terreno. Para além disso, quando chove, a água acumula-se na via, sendo difícil de transitar. Esta rua serve de saída para Leiria aos munícipes que vivem naquela zona, nomeadamente aos que vivem nas ruas das Raízes, das Roçadeiras, dos Pintores de Vidro, dos Lapidários, dos Marisadores, dos Rolhistas, Travessa da Aventura, e naturalmente aos moradores da Rua da Aventura. Numa estratégia de fluidez de trânsito e de retirar automóveis das ruas mais congestionadas, entende que seria fundamental que esta via permitisse uma alternativa ao afunilamento da Rua de Leiria. Como já é sabido, a Rua da Panificadora vai ser requalificada, mas ficará sem saída, quando podia ter continuidade, passando por detrás do Pavilhão da Embra e saindo na Rua dos Oleiros, que vem das Trutas.  
Gostaria de saber como e quando a Câmara vai solucionar o mau pavimento que a Rua da Aventura tem.

- ⇒ Rotunda do Atrium – Na última reunião referiu que tinha recebido de um munícipe a seguinte comunicação: "Porquê da "inatividade" da rotunda do Atrium cuja beleza e conservação da mesma, passa pela manutenção e uso do instalado circuito de água, que se mantém inativo seguramente há mais de 3 anos !!!? Afinal para que foi o sistema instalado?"  
Não recebeu qualquer resposta da parte do executivo permanente e a rotunda do Atrium mantém-se em igual estado. Acha que os munícipes e ele próprio têm direito a uma resposta, ou então será simplesmente porque não sabem o que dizer?

- ⇒ Documentação – Sobre o envio da documentação aquando da ordem do dia, leu a declaração que se transcreve:

***"Assunto: Não envio de documentação aquando da ordem do dia  
Considerando que:***

*- desde a realização da primeira reunião de Câmara, em 25 de Outubro de 2013, tenho chamado à atenção para a necessidade do cumprimento do n.º 2, do Art. 53.º, do DL n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), ou seja, para que juntamente com a ordem do dia seja enviada, em simultâneo, a respectiva documentação respeitante a todos os pontos;*

*- pelo menos, relativamente aos pontos 32, 33 e 34, da ordem do dia agendada para a reunião de 30 de outubro, não foi cumprida a 2.ª parte do n.º 2 do artigo 53.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, ou seja, juntamente com a ordem do dia – recebida em 27 de Outubro do corrente – não foi enviada, em simultâneo, a respectiva documentação;*

*- me desloquei à Câmara Municipal, no dia 29 de outubro, para consulta dos processos e verifiquei que os processos administrativos, correspondentes aos assuntos acima referidos, não estavam disponíveis, contrariamente ao descrito pelo Sr. Presidente no email do dia 27 de Outubro, cujo conteúdo transcrevo: “os processos administrativos correspondentes aos assuntos incluídos na ordem do dia encontrar-se-ão à disposição de todos os Senhores Vereadores, no Salão Nobre dos Paços do Município, com 48 horas de antecedência sobre a data da reunião”;*

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

*- esta tem sido uma prática reiterada e que na última reunião alertei para o facto de que, se em próximas reuniões a documentação não acompanhasse a ordem do dia, consequentemente não tinha tempo para a analisar e portanto não teria condições de a votar;*

*Este executivo insiste em não cumprir a lei, não enviando documentos que servem de suporte à análise dos processos e às decisões, em simultâneo com a ordem do dia, envia alguns truncados, e que agora entendemos que também não estão disponíveis para consulta antes da reunião, portanto torna impossível tomar qualquer decisão. Deste modo, sem que me seja dado tempo para estudar estes assuntos, não tenho condições de votar estes pontos.*

*Gostaria ainda de referir que este executivo permanente insiste nesta ilegalidade e consequentemente ver-me-ei forçado a tomar as iniciativas que achar por conveniente.*

*Marinha Grande, 30 de Outubro de 2014  
O Vereador  
Aurélio Ferreira”*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Mostrou-se satisfeita com o voto de louvor aos atores da peça de teatro “Palco de Memórias”. Foi gratificante e emocionante todo este sucesso. Pensa que talvez seja possível organizar, mais tarde, novas representações, pois seria bom para todos os marinhenses.
- ⇒ Disse que hoje a Marinha Grande está mais rica do ponto de vista cultural, uma vez que tem mais dois espaços: a Casa da Cultura, que é um espaço muito bonito, e o Auditório do S.O.M., que depois de remodelado também ficou muito bonito.
- ⇒ Documentos para a reunião – disse que está preocupada por não haver documentos para o ponto 34 da ordem do dia, e que não se sente em condições de o poder discutir ou votar. Tal como o rigor que o Sr. Vereador Vítor Pereira pede em relação às substituições do Sr. Vereador Carlos Logrado, também pede o mesmo rigor na entrega dos documentos na data devida.
- ⇒ Rua das Flores – pediu a colocação de lâmpadas nas luminárias existentes.

O **Sr. Presidente** esclareceu, referindo que entre 17 e 30 de outubro a Sr.<sup>a</sup> Maria João Gomes não era Vereadora, e que em 27 de outubro tentou dar a informação ao Sr. Eng.<sup>o</sup> Carlos Logrado, para lhe explicar que os documentos seriam entregues mais tarde, no dia de hoje, e discutidos na próxima segunda-feira, às 09:30 horas. Disse ainda que se ele não lhe transmitiu a informação e há má organização do seu movimento não tem culpa, mas a lei não está a ser ultrapassada.

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João** disse que não está em causa a substituição mas sim se o Sr. Presidente enviou ou não os documentos para o Sr. Vereador Carlos Logrado. Questionou: os documentos foram enviados?

O **Sr. Presidente** respondeu que não foram.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

⇒ Continua a reivindicar mais tempo do que o previsto no Regimento, uma vez que todos ultrapassam o seu tempo. Lembrou que ao longo dos tempos houve grandes discussões entre os vários partidos sobre a resolução dos problemas na Marinha Grande, mas os problemas sempre se resolveram. Só que agora aparecem pessoas que têm uma tal clareza que é inexplicável. Se houve atraso na entrega de documentos, e já aqui foi explicado, não foi por não se trabalhar. Terá que haver alguma reatividade para os problemas com que nos debatemos diariamente, designadamente querer fazer muito mas com pouco dinheiro.

Referiu ainda que hoje estava à espera que o Sr. Vereador Aurélio apresentasse uma solução para resolver o problema da EcoFortunato, questionando-o de seguida se já resolveu.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** respondeu dizendo que não é Vereador executivo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** prosseguiu dizendo que estão aqui para resolver os problemas da Marinha Grande e não para resolver os problemas do partido de cada um, salientando o facto de diversas vezes ter criticado o PS mas depois ter votado para não prejudicar o andamento e resolução dos problemas da Marinha Grande. Primeiro do que defender todas as questões administrativas está a **Marinha Grande**. É claro que já poderiam ter sido resolvidos todos os problemas: as salas da escola, a rotunda do Camarnal e tantos mais, mas há que ver se há capacidade financeira e até técnica para resolver os problemas, não basta querer. Fazer o orçamento está a ser extremamente difícil, onde estão os fundos comunitários? Não há resposta do Governo. O executivo tem que centrar a sua atuação na resolução dos problemas dos marinhenses. Com o MpM **seria** assim, com este executivo **é** assim, não se fala em termos de futuro.

⇒ Sobre a possibilidade de haver mais representações da peça de teatro “Palco de Memórias”, terá que ser vista a disponibilidade, em termos profissionais, dos atores, uma vez que não são profissionais do teatro. Vai tentar falar com eles sobre esta possibilidade.



**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Congratulou-se com a abertura da Casa da Cultura e o magnífico espetáculo. Todos têm direito a ver o espetáculo mas há que compatibilizar as representações com as vidas profissionais dos atores.

⇒ Disse o seguinte:

“O Sr. Vereador Aurélio Ferreira apresentou na última reunião de Câmara uma declaração de voto intitulada “Um ano de mandato”, declaração essa que fez publicar numa edição do Jornal da Marinha Grande. O Sr. Vereador Aurélio Ferreira produz nessa declaração e peça jornalística, afirmações graves e ofensivas da minha honra, consideração e bom nome.

Assim, o Vereador Aurélio Ferreira refere que:

- a) “Não respondo a requerimentos”. Pergunto: que requerimento me foi dirigido, quando e ao qual não respondi?
- b) “Escondo informação”. Que informação me foi pedida que eu escondi?
- c) “Que omiti convites para que o Vereador não estivesse presente”. Que convite omiti de modo a que não estivesse presente?
- d) “Que inibi a sua liberdade de expressão”. Pergunto: quando e como o fiz?

Não lhe admito estas expressões, a não ser que prove com factos concretos, caso contrário serão afirmações lamentáveis, demagógicas, de extrema falta de ética, e que desvirtuam tudo o que aqui se passa. E a ética, Sr. Vereador, é algo que deve fazer parte da nossa conduta, na política e em tudo o mais.

São os casos do assunto da EcoFortunato e o desta mãe de hoje, em que parece que há um ror de crianças que não têm sala nem têm uma pré para onde ir. Não é verdade! Vão ter mais duas salas no centro da Marinha! Vão ter mais escolha!

É demagogia barata, e para quem não se intitula um profissional da política, dá cartas!”

**O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

⇒ Ironizou com a hipotética “responsabilização” da Câmara pela falta de professores nas escolas, referindo que no caso da Escola João Beare a Câmara até resolveu o problema de transformação das casas de banho em 24 horas, porque se andava em obra.

⇒ Rua do Olheirão – reuniu-se ontem com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, referindo que a Câmara cumpriu aquilo que acordou: fez o traçado para que as águas fossem para uma linha de água a tardoz, acordou com a munícipe em ceder os materiais para que a Junta fizesse o “canelete” para o encaminhamento. Esta solução envolve dois proprietários.

⇒ Rua da Aventura – a sua abertura seria a continuação da Rua da Panificadora, mas os proprietários dos terrenos não os cederam ou então queriam valores não

compatíveis com o orçamento da Câmara. O projeto está válido, com infraestruturas de água e saneamento.

- ⇒ Rotunda do Atrium – foram desligados os sistemas porque o consumo energético era de tal forma exagerado que assim o exigiu. Tal como hoje, também na altura já se fazia contenção na iluminação.
- ⇒ Documentação – não sabe o que se está a discutir, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já informou que estes pontos da agenda passariam para segunda-feira, e deste modo até dá mais tempo para a sua análise.  
De seguida dirigiu-se ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira dizendo-lhe que ele não é seu patrão, mas sim os marinhenses que o elegeram.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir e responder às acusações que lhe foram dirigidas.

- ⇒ Sobre a expressão “ganhem juízo” disse que ela se explica com a frase do Sr. Vereador Vítor Pereira de que “nós temos falta de capacidade técnica”.
- ⇒ Disse que não se dirigiu à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra mas sim ao executivo permanente, que tem um líder.
- ⇒ Sobre a “demagogia barata” referiu que sejam quais forem os problemas e de que executivos sejam, o atual executivo tem obrigação de os resolver e não atirar para cima dos outros.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu que lhe seja enviado o teor do requerimento endereçado à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra pelo Sr. Vereador Aurélio, e solicitou resposta aos mesmos itens, que lhe deverá ser entregue na próxima reunião de Câmara.

O **Sr. Presidente** também pediu o mesmo.

- ⇒ De seguida referiu, sobre o Portugal 2020, que nada se sabe, e a Câmara Municipal da Marinha Grande já tem muitos pedidos enviados para a CCDRC, relativos ao mercado, piscina, saneamento. A Câmara quer fazer mais obras mas assim é complicado.
- ⇒ Pagamento das eleições – não tem nada por assinar na sua secretária e convida quem quiser a ir confirmá-lo. Este pagamento só é feito pela Câmara quando o dinheiro é enviado pelo Governo.
- ⇒ Rua da Aventura e rotunda do Camarnal – dado que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira já conhecia os problemas, estas são duas obras que poderiam ter sido incluídas nas suas propostas para o Orçamento, propostas estas que lhe foram pedidas no dia 22 de setembro, para apresentar até 6 de outubro, e que só foram entregues no dia 10 de outubro.
- ⇒ Peça de teatro – 50 espetáculos só dariam para um terço dos marinhenses, daí que saiba que 5 espetáculos é pouco. Está-se a tentar mais espetáculos, mas há que
- ⇒

compreender que são atores amadores, que têm coisas marcadas nas suas vidas e a programação da Casa da Cultura está feita até ao fim do ano e não é fácil.

- ⇒ Sobre a discussão dos pontos para segunda-feira já explicou, mas se houver algum problema legal têm toda a liberdade para o colocar. Pela primeira vez o Orçamento tem que ser entregue em outubro. O Orçamento do Governo só foi entregue na Assembleia da República no dia 15 de outubro e é lá que estão muitas normas para a definição de algumas receitas das câmaras. A primeira norma obriga a que primeiro devem ser pagas as dívidas a fornecedores. A Marinha Grande não tem. A segunda obriga a pagar os empréstimos aos bancos. A nossa Câmara tem vindo a fazê-lo no dia-a-dia, mas agora, ao sermos obrigados a pagar tudo, vamos ser penalizados por isso, uma vez que há condições.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:05 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2014**

824 - Presente a ata n.º 23, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia dois de outubro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2014**

825 - Presente a ata n.º 24, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis de outubro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 1521/14, DATADO DE 10/10/2014 – PC N.º 313/14, DATADO DE 17/09/2014 – ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA**

826 - Presente requerimento n.º 1521/14, datado de 2014/10/10, constante do processo camarário n.º 313/14, subscrito por **ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA**, com o NIF 129856843, residente na Rua da Serraria, n.º 66, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização da instalação de estabelecimento de restauração e bebidas”** existente, incidente sobre a fração “A” de um prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.976 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.200 da referida freguesia de Vieira de Leiria. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/20, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da **“Legalização da instalação de estabelecimento de restauração e bebidas”** existente, incidente sobre a fração “A” de um prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.976 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.200 da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 313/14, com data de entrada em 2014/09/17, apresentado por **ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA**, com o NIF 129856843, residente na Rua da Serraria, n.º 66, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 260/14, DATADO DE 20/02/014 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES**

827 - Presente pedido com o registo n.º 260/14, datado de 20/02/2014 relativo a **legalização de alterações**, solicitando igualmente a **emissão de certidão de propriedade horizontal**, de um edifício destinado a habitação, comércio e serviços, sito na Rua dos Fundadores, Picassin, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9795 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19804-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/11, com data de entrada de 21/11/2011, apresentado por **PAULO JORGE ALVES PIRES**, com o NIF 114 069 247, residente na Rua dos Fundadores, n.º 8, R/C, Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 13/10/2014, que atesta encontrarem-se o projeto de arquitetura e o pedido de emissão de certidão de propriedade horizontal em condições de serem deferidos, com condicionalismos.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações** de um edifício destinado a habitação, comércio e serviços, sito na Rua dos Fundadores, Picassin, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9795 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19804-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/11, com data de entrada de 21/11/2011, apresentado por **PAULO JORGE ALVES PIRES**, com o NIF 114 069 247, residente na rua dos Fundadores, n.º 8, R/C, Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

**concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Delibera, igualmente, DEFERIR o pedido de emissão de certidão de propriedade horizontal, nos termos requeridos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 1610/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 375/11, DATADO DE 03/10/2011 – ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ**

828 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 2018/11, n.º 2585/11, n.º 1020/14 e n.º 1610/14, datados de 2011/10/03, 2011/12/27, 2014/07/08, 2014/10/24, respetivamente, referentes ao processo n.º 375/11, em que é solicitado o **licenciamento de obras de alteração e de ampliação** (legalização) realizadas na moradia, sita na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, no prédio misto com 4.450,00 m<sup>2</sup>, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1856, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 2817 e n.º 3393 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 276, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ**, com o NIF 136674941, residente na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. Do prédio com 4.450,00 m<sup>2</sup> serão cedidos ao domínio público 84,00 m<sup>2</sup> para alargamento da faixa de rodagem e execução de passeio, passando o prédio a ter a área de 4.366,00 m<sup>2</sup>.

Presentes pareceres técnicos datados de 2014/06/06 e de 2014/10/24, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser deferida.

**Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 2018/11, n.º 2585/11, n.º 1020/14 e n.º 1610/14, datados de 2011/10/03, 2011/12/27, 2014/07/08, 2014/10/24, respetivamente, referente ao processo n.º 375/11, em que é solicitado o licenciamento de obras de alteração e de ampliação (legalização) realizadas na moradia, sita na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, no prédio misto com 4.450,00 m<sup>2</sup>, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.856, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 2817 e n.º 3393 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 276, apresentado por ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ, com o NIF 136674941, residente na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos datados de 2014/06/06 e de 2014/10/24, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:**

**Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:**

- a) Planta de implantação com retificação da área do prédio registada e da área final do prédio, resultante da área cedida ao domínio público;**
- b) Projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N. 1618/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º232/14, DATADO DE 30/06/2014 – PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY, LDA**

829 - Presente pedido com o registo n.º 1618/14, datado de 27/10/2014 relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade industrial, localizada na Rua da Cerca, n.º2, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10271, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por **PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.**, com o NIPC 506 028 909, com sede na Rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/07/2014;

Presente informação técnica, datada de 27/10/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, propondo o deferimento do processo.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade industrial, localizada na rua da Cerca, n.º2, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10271, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por **PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.**, com o NIPC 506 028 909, com sede na rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também**

a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 1341/14, DATADO DE 08/09/2014 – PC N.º 261/14, DATADO DE 21/07/2014  
– VERA FLOR GONÇALVES ROSA**

830 - Presente requerimento n.º 1341/14, datado de 2014/09/08, constante do processo camarário n.º 261/14, subscrito por **VERA FLOR GONÇALVES ROSA**, com o NIF 244892091, com residência em Rua São Pedro de Moel, n.º 48, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, em parcela a destacar de um prédio rústico sito no lugar de Cabeços da Garcia, freguesia de concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.248.

Presente deliberação camarária datada de 2014/08/14, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico datado de 2014/10/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analizada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, em parcela a destacar de um prédio rústico sito no lugar de Cabeços da Garcia, freguesia de concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16399 e inscrito na matriz predial sob o n.º 11248, apresentado por **VERA FLOR GONÇALVES ROSA**, com o NIF n.º 244892091, com residência em Rua São Pedro de Moel, n.º 48, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 5 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por o local onde se pretende levar a efeito a operação urbanística, não dispor das infraestruturas necessárias, verificando-se nomeadamente a



ausência de arruamento com perfil adequado e de rede pública de abastecimento de água, constituindo a obra projetada, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas existentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 1477/14, DATADO DE 07/10/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 31/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**

831 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1477/14, datado de 07/10/2014, apresentado por APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL, com o NIPC 504646796, com sede em Rua Professor Bento de Jesus Caraça, n.º 239, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 465/13.

Presente parecer técnico datado 24/10/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Cabine, lugar de Pero Neto, freguesia de Marinha Grande, propriedade de APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL, com o NIPC 504646796, com sede em Rua Professor Bento de Jesus Caraça, n.º 239, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 1534/14, DATADO DE 14/10/2014 – PC N.º 115/13, DATADO DE 23/04/2013 – TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA.**

832 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1534/14, datado de 14/10/2014, apresentado por TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA., com o NIPC 500287090, com sede em Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edificado cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 115/13.

Presente parecer datado 16/10/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26/11, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 09/10.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Zona Industrial da Embra freguesia de Marinha Grande, propriedade de TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA., com o NIPC 500287090, com sede em Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 1602/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

833 - Presente requerimento registado sob o n.º 1602/14, datado de 23/10/2014, apresentado por **FERNANDO AMARAL TAVARES**, com o NIF 159859263, residente em Rua de S. Pedro, n.º 78, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem. Presente parecer dos serviços, datado de 24/10/2014, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 24/10/2014, a Câmara Municipal delibera:**  
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao imóvel sito em Rua de S. Pedro, n.º 78, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Jorge Galo Vital, residente em Estrada de S. Pedro, n.º 55, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

**DETERMINAR** que a vistoria seja realizada no dia 13/11/2014, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**Membros suplentes:**

**Engenheiro Jorge Junqueira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Dra. Eunice Marques**

**Informar a requerente e a proprietária do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, o proprietário do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 2035/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.**

834 - Presente requerimento n.º 2035/13, datado de 12/12/2013, apresentado por **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.**, com o NIPC 508381703, com sede em Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo qual é solicitada **“a realização de vistoria ao espaço exterior”** do estabelecimento denominado “os Kanitos”, “no qual se encontra instalado um pequeno **parque infantil** para utilização das crianças que frequentem o mencionado estabelecimento, ao abrigo no previsto no Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, para cumprimento do solicitado pela Segurança Social”.  
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 27/10/2014.

**Após análise do pedido de realização de vistoria ao espaço exterior do estabelecimento denominado “os Kanitos”, “no qual se encontra instalado um pequeno parque infantil para utilização das crianças que frequentem o mencionado estabelecimento, ao abrigo no previsto no Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, para cumprimento do solicitado pela Segurança Social, apresentado por PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA., com o NIPC 508381703, com sede em Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara delibera:**

- 1) **Determinar a realização da vistoria ao parque infantil do estabelecimento “Os Kanitos”, sito na Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, explorado por Palco de Brincadeiras, Lda., com o NIPC 508381703, com sede em Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições de segurança a observar nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfície de impacte, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19/05;**
- 2) **Determinar que a referida vistoria seja realizada no dia 18/11/2014, pelas 10h00.**
- 3) **Determinar a constituição de uma comissão técnica para realização desta vistoria, com a seguinte composição, por parte da autarquia:**  
**Membros efetivos:**  
Arquiteta Isabel Alves  
Engenheira Ludmila Berardo  
**Membros suplentes:**  
Arquiteto Miguel Figueiredo  
Engenheira Carla Lucas
- 4) **Oficiar a autoridade de saúde, no sentido de nomear um seu representante para integrar a comissão técnica que realizará a vistoria ao espaço exterior do estabelecimento denominado “Os Kanitos”, por forma a viabilizar a realização da vistoria solicitada pela sociedade Palco de Brincadeiras, Lda., em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 379/97, de 27/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19/05.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 50/12, DATADO DE 10/01/2012 – PC N.º 102/09, DATADO DE 18/05/2009 –  
OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA**

835 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de edifício habitacional de dois fogos em propriedade horizontal*", a que foi atribuído o número de processo 102/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado **OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA**, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 212A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2014/10/21.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/10/21, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 112-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de edifício de dois fogos em propriedade horizontal*", a que foi atribuído o número de processo 102/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/11/25, comunicada através do ofício n.º 1366/10, de 2010/12/02, rececionado em 2010/12/09;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/12/10 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano;

4. Considerando que por despacho de 2013.02.11, notificado pelo ofício n.º 203/13, rececionado em 2013/03/04, foram concedidos 10 dias para solicitar a emissão do respetivo alvará;

5. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2013/03/18 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

**A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de "*Construção de edifício habitacional de dois fogos em propriedade horizontal*", a que foi atribuído o número de processo 102/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16540 e**

inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17395, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 112A, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA.**

836 - Presente requerimento registado sob o n.º 663/14, datado de 08/05/2014, apresentado por M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA., com o NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva 503260916, com sede em Rua Machado Santos, n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel sito na Rua Machado Santos n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande do qual é proprietário, bem como ao imóvel confinante a poente, sito Rua Machado Santos n.º 33, que se encontra em ruínas, de forma a verificar as condições de higiene, segurança e salubridade dos mesmos.

Presente deliberação tomada em reunião de câmara realizada em 22/05/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia aos imóveis em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria, datado de 11/06/2014, referente à vistoria realizada em 05/06/2014, a enquadrar o estado em que se encontram os referidos imóveis.

**Após análise do processo, bem como do referido auto de vistoria, que contém a descrição das patologias detetadas em ambos os imóveis, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às más condições de segurança e de salubridade dos edifícios, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens, de acordo com o verificado pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, a Câmara delibera:**

**- Determinar, face ao auto de vistoria cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos e se anexa, a execução dos trabalhos de demolição**

do edifício, de limpeza do logradouro e remoção dos materiais resultantes da referida demolição e a limpeza para vazadouro devidamente licenciado, incidentes sobre o imóvel sito na Rua Machado Santos, n.º 33, freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de Adelino José Ferreira Fino, com morada em E.N. 8, n.º 123, lugar de Cruz da Léguas, 2480-100 Pedreiras, devendo a referida obra ser executada num prazo de dois meses;

- Dispensar a audiência prévia do interessado, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, em virtude das condições perigosas em que o edifício se encontra, sendo, por isso, urgente a execução da obra de demolição;

Atendendo à existência do processo de licenciamento de obra de demolição, com o numero 164/10, em apresentado por Adelino José Ferreira Fino, com morada em E.N. 8, n.º 123, lugar de Cruz da Léguas, 2480-100 Pedreiras, aprovado por deliberação camarária datada de 12/08/2010, o qual se encontra em fase de audiência prévia quanto à intenção de declarar a caducidade, face às patologias detetadas pela Comissão de Vistorias e aos danos causados no edifício confinante a Nascente, de modo a tornar mais célere a intervenção no imóvel a demolir, a qual depende de prévio licenciamento, a Câmara delibera, ainda, conceder um prazo de 15 dias úteis para que o munícipe solicite a emissão do alvará de licença das obras de demolição, aprovadas no mencionado processo, conforme teor da notificação efetuada através do nosso ofício n.º 975/10, datado de 20/08/2010.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 446/14, DATADO DE 28/03/2014 – PL N.º 06/04, DATADO DE 06/01/2004 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.

837 - Presente requerimento n.º 446/14, datado de 2014/03/28, constante do processo camarário n.º 06/04, subscrito por OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA, com o NIPC 502018291, com sede na Estrada Casal dos Matos, n.º 456, Edifício Coral, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, pelo qual são anexados ao processo, telas finais relativas ao licenciamento das obras de urbanização inerentes à “*Abertura de Arruamento*”, levadas a efeito em dois prédios, um urbano outro rústico, sitos na Rua de Diu, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 13.366 e 11.779, respetivamente.

Presente parecer técnico dos serviços, datados de 2014/10/24, propondo a aprovação das telas finais apresentadas.

Após a análise das telas finais contemplando alterações relativas ao licenciamento das obras de urbanização inerentes à “*Abertura de Arruamento*”, levadas a efeito em dois prédios, um urbano outro rústico, sitos na Rua de Diu, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 13.366 e 11.779, respetivamente, com o número de

processo 06/04, com data de entrada em 2004/01/06, apresentado por OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA., com o NIPC 502018291, com sede na Estrada Casal dos Matos, n.º 456, Edifício Coral, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre elas recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR as mesmas, por forma a permitir a emissão de aditamento ao alvará de licença de obras de urbanização n.º 352/07, datado de 21 de dezembro de 2007, tendo em vista a correção da área de cedência anteriormente proposta com 3.065,98m² (três mil sessenta e cinco virgula noventa e oito metros quadrados), relativa ao arruamento, passeios, estacionamento e zonas verdes/equipamento, às redes viária, de abastecimento de água, passando a ser cedida uma parcela com a área de 3.105,10m² (três mil cento e cinco virgula dez metros quadrados).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 1357/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 58/03, DATADO DE 30/01/2003 – ANTÓNIO DA COSTA LEAL**

838 - Presente requerimento n.º 1357/14, datado de 15/09/2014, apresentado por ANTÓNIO DA COSTA LEAL, com o número de identificação fiscal 150 062 605, com morada na Rua da Adília, n.º 14, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, incidente sobre o prédio sito na Rua da Adília, Casal dos Ossos, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 10.693 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 7.056. da respetiva freguesia, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 58/03, com o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2007, emitido em 04/07/2007, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 1.391,28€ (mil trezentos e noventa e um euros e vinte e oito centimos), correspondente à parte remanescente do depósito caução efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 447 de 17/07/2006, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 23 de outubro de 2014, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 17 de outubro de 2014, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;



Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

- 1) DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas no âmbito do Licenciamento da Operação de Loteamento com o número de processo 58/03, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2007, em 04/07/2007, em nome de ANTÓNIO DA COSTA LEAL, com o número de identificação fiscal 150 062 605, com morada na Rua da Adília, n.º 14, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio sito na Rua da Adília, Casal dos Ossos, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 10.693 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 7.056. da respetiva freguesia, nomeadamente passeios, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas pluviais, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de, respetivamente, 23 de outubro de 2014 e 17 de outubro de 2014, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e executadas de acordo com os respetivos projetos das especialidades;
- 2) MANDAR LIBERTAR o montante de 1.391,28€ (mil trezentos e noventa e um euros e vinte e oito cêntimos), que corresponde ao valor remanescente do depósito caução, efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 447 de 17/07/2006, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1027/14, DATADO DE 08/07/2014 – PC N.º 245/14, DATADO DE 08/07/2014  
– NOS COMUNICAÇÕES, SA

839 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por NOS COMUNICAÇÕES, SA, para instalação de uma caixa de visita na gare de estacionamento e abertura de vala numa extensão de 10 metros em passeio e pavimento, para realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a na Rua do Montepio, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 29/08/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento ocupação da via pública apresentado NOS COMUNICAÇÕES, SA, para instalação de uma caixa de visita na gare de estacionamento e abertura de vala numa extensão de 10 metros em passeio e pavimento, para realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a

levar a efeito na Rua do Montepio, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- c) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - REQ. N. 1449/14, DATADO DE 02/10/2014 – PC N.º 329/14, DATADO DE 02/10/2014**  
**– SPORTING CLUBE MARINHENSE**

840 - Presente pedido com registo de entrada n.º 1449, datado de 02-10-2014, apresentado por “Sporting Clube Marinhense”, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação da via pública com andaimes e tapumes, para realização de obras de reboco e pintura das fachadas do prédio sito na mencionada morada.

Presente escritura pública, datada de 19-09-2008, e respetivo documento complementar, que procedeu à alteração dos estatutos da requerente.

A Câmara Municipal analisou o referido requerimento, bem como a referida escritura de alteração de estatutos e respetivo documento complementar e,

- Considerando que a alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande permite que haja lugar à isenção ou à redução em 50% do pagamento de taxas, por parte de pessoas coletivas de utilidade pública, de associações desportivas, culturais e recreativas legalmente constituídas, referentes às pretensões que visem a prossecução dos estatutários;

- Considerando que o “Sporting Clube Marinhense” é uma entidade legalmente constituída e que foi declarada a sua utilidade pública – Cfr. escritura pública de alteração dos estatutos da dita associação, datada de 19-09-2008, respetivo documento complementar e Declaração n.º 328/2001, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 253 de 31 de outubro de 2001;

- Considerando que a associação em causa tem como objeto “o desporto, a educação física, cultura e recreio; promoção e desenvolvimento de programas culturais e desportivos para a terceira idade, desenvolvimento de formação desportiva e profissional para ativos e não ativos.” – artigo 4.º dos mencionados estatutos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

- Considerando que a associação vai proceder a obras de reboco e pintura do edifício-sede, sito na Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- Considerando que o dito edifício é o local onde a interessada desenvolve as suas atividades – artigo 6.º dos referidos estatutos;
- Considerando a importância da dita associação na formação de jovens atletas em diversas modalidades desportivas e na promoção de programas culturais e desportivos para a terceira idade;
- Considerando que, por esse motivo, é fundamental manter as ditas instalações em bom estado de conservação;

**Delibera, ao abrigo da já citada alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ISENTAR a associação denominada “ Sporting Clube Marinhense”, com o NIPC 501150544, com sede em Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas constantes do quadro anexo, devidas pela ocupação da via pública com andaimes, para reboco e pintura do prédio sito na mesma morada, no valor de 104,00 euros (cento e quatro euros), por as obras em causa se destinarem à conservação do edifício utilizado para os fins prosseguidos pela associação, nomeadamente a prática de atividades de cariz desportivo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **19 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

841 - A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para a 5ª Prova de resistência BTT 2014 no dia 23-11-2014;
- Licença especial de ruído para realização de Noite de Tunas no dia 28-11-2014;

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da 10ª edição das Tasquinhas do Clube nos dias 30 e 31 de outubro de 2014 e 01 e 02 de novembro de 2014;

O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

- Licença especial de ruído para realização de concerto no dia 1 de novembro de 2014;
- Publicidade alusiva ao evento;

Presentes informações nºs 77/AF, 78/AF e 79/AF de 13 de outubro e 27 de outubro de 2014, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, o Clube Desportivo Moitense e o Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **20 - ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

842 - No dia 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

Desde essa data, a ERSAR, I.P. – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, doravante designada abreviadamente de ERSAR, tem vindo a emanar um conjunto de recomendações a que devem obedecer a formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanas, dirigidas às entidades gestoras dos sistemas municipais que prestem serviços aos utilizadores finais, bem como às entidades possuem competência para a aprovação dos respetivos tarifários, nomeadamente, Recomendação IRAR n.º 01/2009 e a Recomendação ERSAR n.º 02/2010.

Compete à ERSAR, no âmbito das suas atribuições de regulação económica, avaliar as tarifas dos sistemas municipais, apreciando a sua conformidade com as regras legais e contratuais aplicáveis, bem como com as recomendações tarifárias do regulador nos termos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 5.º dos seus Estatutos, anexos à Lei n.º 10/2014, de 6 de março. Compete ainda à Entidade Reguladora, nos termos dos seus Estatutos e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários destes serviços com as disposições legais e regulamentares em vigor e emitir instruções vinculativas nas situações de desconformidade.

No decurso do ano de 2013, o setor das águas tem vindo a ser alvo de alterações legislativas que implicam, não só a alteração da organização implementada, como impõem novas obrigações para os diversos intervenientes.

Nesse âmbito, salienta-se a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que define, por exemplo, que em matéria de regulamentação económica são, nomeadamente, atribuições da ERSAR, a fiscalização do cumprimento pelas entidades gestoras, das disposições legais e regulamentares.

E ainda, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais que, no n.º 7 do artigo 21.º estabelece que as tarifas municipais, relativas à prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos estão sujeitas ao parecer da entidade reguladora, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Por outro lado, a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais determina que as câmaras municipais têm como competência própria a fixação dos preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais.

Relativamente à formação de tarifários, estabelece ainda o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, que as entidades gestoras têm de remeter à ERSAR, os tarifários dos serviços, acompanhados da deliberação que os aprovou no prazo de 10 dias após a respetiva aprovação.

Acontece que, face à premente necessidade de assegurar a revisão tarifária e os regulamentos de serviços ao novo quadro legal e Recomendações emanadas pela Entidade Reguladora, a Câmara Municipal desencadeou um procedimento de contratação de uma prestação de serviços, à Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura – FUNDEC.

Face à calendarização estabelecida no procedimento de contratação, é previsível que no mês de fevereiro de 2015, estejam reunidas as condições para, em cumprimento do n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, submetermos o novo tarifário a parecer da

ERSAR, para efeitos de avaliação da sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Acontece que, para efeitos de apreciação dos tarifários a submeter pelas entidades gestoras, a ERSAR disponibilizou um ficheiro para preencher com informação sobre investimentos, proposta de tarifário, respetivos proveitos e a projeção de custos relativos aos serviços regulados. Após o preenchimento, o ficheiro deverá ser submetido à apreciação da ERSAR através do carregamento na secção “Formação de Tarifários” no módulo Regulamentação Económica”, no Portal da ERSAR.

Estando a decorrer o prazo para a submissão do ficheiro, verifica-se que não reunimos condições para submeter o ficheiro com a proposta de tarifário para o ano de 2015, uma vez que a revisão tarifária está dependente do estudo e proposta a apresentar pela Associação referida.

Deste modo, na submissão do ficheiro com a informação sobre os investimentos, respetivos proveitos e a projeção de custos relativos aos serviços regulados, constará uma nota justificativa dos constrangimentos ora expostos. Na mesma, far-se-á ainda menção que, face à calendarização estabelecida no procedimento de contratação, e em obediência ao preceituado no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, será submetido, no decurso do mês de fevereiro de 2015, o novo tarifário a parecer da ERSAR, para efeitos de avaliação da sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

**Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a Câmara Municipal delibera não proceder à atualização do tarifário de água, saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos para o ano de 2015, até que seja apresentado e aprovado o estudo do novo tarifário, acompanhado da atualização e adaptação dos regulamentos de serviços, por forma a garantir o cumprimento integral das atuais exigências legais e recomendações que a ERSAR tem vindo a emitir.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **21 - REGULARIZAÇÃO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL, DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

843 - Presente informação da Área de Património nº I/1440/2014 de 08/10/2014, propondo a celebração de escrituras de justificação que permita o registo na Conservatória do Registo Predial, de 11 edifícios escolares propriedade da autarquia.

**A Câmara Municipal após a análise da presente proposta e concordando com os fundamentos expostos na mesma, em cumprimento do disposto na alínea g), do nº 1, do**

**artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a celebração das escrituras de justificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Para esclarecimento dos pontos que se seguem, com os n.ºs 22, 23 e 24, esteve presente na reunião a **Sr.ª Dr.ª Fátima Cardoso, Administradora da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.**, que explicou os projectos e os investimentos que a empresa pretende realizar em 2015, respondendo também a algumas dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores.

**22 - CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**

844 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que serão assumidos encargos até ao valor de 423.216,81 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/0501010101 e ação do PAM 2014/A/179.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, até ao valor de quatrocentos e vinte e três mil, duzentos e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..**

**23 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO PROGRAMA PARA 2015. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

845 - Presente proposta de contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, que se dá por reproduzido.

O contrato-programa deve ser aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta desta Câmara Municipal, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que integra o objeto social da empresa municipal TUMG a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, de acordo com a alínea a), do artigo 4.º, dos respetivos estatutos.

Considerando que constitui atribuição dos municípios o planeamento, a gestão e a realização de investimentos em rede de transportes regulares urbanos que se desenvolvam exclusivamente na área do município, de acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Considerando que o serviço público de transporte coletivo de passageiros constitui um serviço de interesse geral.

Considerando que quando seja atribuída a uma empresa municipal a gestão de um serviço de interesse geral é necessária a celebração de um contrato-programa, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local).

**A Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa, que se dá por integralmente reproduzido, a celebrar com a empresa municipal TUMG, que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, a vigorar no ano de 2015, sob condição de aprovação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais.**

**A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Defendendo a manutenção do serviço público de transporte de passageiros e o seu carácter social em benefício da população, voto contra porque o + Concelho considera não se justificar a existência de uma empresa municipal para a sua gestão, pois não se têm verificado ganhos de eficácia, devendo os serviços da TUMG ser integrados na Câmara Municipal.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..**

#### **24 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2015. MANDATO DISCRIMINADO.**

846 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre os instrumentos de gestão previsional para 2015, de acordo com o artigo 12.º, n.º 3, dos estatutos da empresa.

Presente Instrumentos de gestão previsional para 2015, acompanhados do parecer emitido pelo fiscal único.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar os instrumentos de gestão previsional para 2015.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..**

**25 - EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES NO MUSEU JOAQUIM CORREIA CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

847 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de Construção do pavilhão de exposições no Museu Joaquim Correia concurso - Concurso público n.º 04/2007, em 90 % do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**26 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.**

848 - Presente informação n.º 1483/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 20 de outubro, referente à necessidade de atualizar anualmente o valor de algumas rendas de habitação social.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de dezembro do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:**

**Rua Professor Melo Vieira**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
3	Maria Teresa Emídio Simões	2.º Esq.º	25/10/2004	4,85€	5,05€

**Avenida da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
L	M.ª Filomena Bernardo	2.º Fte Dto	30/11/2006	4,85€	46,97€

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 78, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES – MARIA DA CONCEIÇÃO ALVADIA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**

849 - Presente informação n.º 1482 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 20 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua António Lopes:**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Maria da Conceição Alvadia	78	21/10/2004	28,97€	5,05€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 5,05€ (cinco euros e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – CLUBE DE ATLETISMO DE MARINHA GRANDE. EMISSÃO DE PARECER**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

850 - Presente ofício n.º 1196/DAJD/2014, da Presidência do Conselho de Ministros, recebido em 06 de maio de 2014, solicitando a emissão de parecer da Câmara Municipal que possa contribuir para a apreciação do pedido de declaração de utilidade pública apresentado naquela entidade pelo Clube Atletismo da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou e nos termos do previsto no artigo 5.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, delibera emitir o seguinte parecer favorável à concessão de utilidade pública requerida:

**O Clube de Atletismo da Marinha Grande, titular do NIPC 503912530, entidade sem fins lucrativos, fundada em 1995 no concelho da Marinha Grande, com o apoio da Câmara Municipal, tem como objetivo promover o convívio desportivo e cultural dos seus associados e da população, em geral, com especial incidência para o fomento da prática do atletismo, através da formação de atletas e participação dos mesmos em competições.**

**Na prossecução deste objetivo desenvolve neste concelho, em exclusivo, a prática das diversas disciplinas de atletismo aproveitando assim as excelentes condições naturais da região, designadamente o Pinhal do Rei para a prática da modalidade e potenciando ainda as infraestruturas criadas em devido tempo na zona desportiva onde foi edificado o estádio municipal, este último equipado com pista de atletismo e ginásio.**

**Ao longo dos seus 19 anos de existência, esta entidade tem obtido admiráveis resultados desportivos, tanto individual como coletivamente, sendo já uma referência nacional na sua área de atuação, sobretudo nos escalões de formação (mais jovens), facto que enobrece todo o concelho e as suas populações.**

**Para além do inigualável contributo para o desenvolvimento desportivo que foi incrementado no nosso Concelho por esta associação, a Autarquia não pode deixar de realçar o importante e fundamental papel social desempenhado junto dos jovens mais carenciados do concelho, muitos deles residentes nos bairros sociais propriedade deste Município, contribuindo assim positivamente para a formação cívica de muitas crianças e jovens que aqui residem.**

**Acreditamos que trabalho realizado por este Clube junto dos jovens do nosso Concelho tem contribuído, inequivocamente, para evitar trilhos de vida mais negativos e comportamentos desviantes de muitos deles obviando, assim, prejuízos para os próprios e para a comunidade em geral.**

**O Clube de Atletismo de Marinha Grande ao longo da sua existência tem ainda pautado a sua atividade por uma forte colaboração com esta Câmara Municipal repercutida da seguinte forma:**

- Participando na conceção de projetos de animação/atividades desportivas;

- Intervindo na discussão dos projetos de construção dos equipamentos desportivos, recreativos e de lazer, públicos;
- Permitindo que a prática desportiva se torne acessível a todos os munícipes, de forma salutar e atrativa, tendo em vista o bem-estar, a qualidade de vida e a aquisição de hábitos desportivos;
- Ajudando a criar mais e melhores condições de prática desportiva, tendo em conta as necessidades e as motivações dos cidadãos;
- Estimulando e incentivando o associativismo desportivo de forma clara e coerente, com programas regulares de atividades físicas e intercâmbios entre as associações concelhias, revelando um elevado espírito de interajuda;
- Colaborando nas campanhas de sensibilização, com o objetivo de consciencializar toda a população para a importância da atividade física, como meio preventivo de saúde e de qualidade de vida.

Dada a importância do trabalho desempenhado em proveito da comunidade local, o Clube Atletismo de Marinha Grande, é hoje uma das associações mais respeitadas e consideradas no Concelho da Marinha Grande.

O Município da Marinha Grande regozija-se por poder contar com o apoio, o dinamismo e a disponibilidade social evidenciada pelo Clube Atletismo de Marinha Grande em prol de todos os Marinhenses, considerando justa e merecida a concessão de declaração de utilidade pública requerida por esta associação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **29 - CESSAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS**

851 - Presente informação da Divisão Jurídica e de Comunicação, de 26 de fevereiro de 2014, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida, dando conta da necessidade de se proceder à audiência prévia sobre a intenção de cessação do contrato programa, celebrado em 29 de novembro de 2013, com o Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, nos termos nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

A entidade foi notificada, através de ofício com registo n.º S/995, de 24 de março de 2014, tendo sido reenviada uma segunda notificação. O Grupo Desportivo “Os Vidreiros” recebeu a segunda notificação em 7 de maio de 2014, conforme aviso de receção em anexo.

Decorrido o prazo de reclamação constantes no ofício n.º S/995, de 24 de março de 2014 a entidade não se pronunciou por escrita.

Considerando que em 29 de novembro de 2013 foi celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, cujo objeto consiste

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

no apoio à execução da obra da rede de rega do campo de jogos do Tojal, no valor de 10.000,00€ a ser liquidado em duas prestações;

Considerando que a entidade não procedeu à execução da obra nem apresentou formalmente justificação do incumprimento do contrato programa;

Considerando que reconhecemos que o prazo de execução determinado no contrato programa foi manifestamente reduzido, impedindo certamente a realização e a concretização do objeto do contrato programa;

Considerando que o n.º 11 da cláusula 4.ª, do contrato-programa, determina que *“em caso algum será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2014 ou subsequentes”*;

Considerando que o n.º 1 do artigo 17.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, determina que *“a não realização da atividade ou do projeto objeto da participação municipal implica a perda automática do apoio ou dos benefícios concedidos”*;

Considerando por último que não foi liquidada qualquer prestação nos termos do contrato-programa;

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera cessar o contrato-programa de desenvolvimento desportivo, celebrado em 29 de novembro de 2013, com o Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, cujo objeto consistia no apoio à execução da obra da rede de rega do campo de jogos do Tojal, no valor de 10.000,00€;**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.\_**

### **30 - ANULAÇÃO DE GUIAS E RESTITUIÇÃO VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO**

852 - Presente a informação interna n.º 1488, de 22 de outubro de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, e em conformidade com o despacho exarado na informação interna SB 26, de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias de receita e à restituição de valores cobrados indevidamente, aos respetivos encarregados de educação.

As anulações e restituições em questão referem-se quer ao pagamento das participações familiares dos alunos que frequentam as Atividades de Animação e de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Apoio à Família, quer a valores respeitantes a senhas da Alimentação Escolar, não utilizadas nos anos letivos anteriores, tal como previsto no regulamento de funcionamento e gestão dos refeitórios escolares, aprovado em reunião de câmara a 06 de setembro de 2013.

Verificou-se esta necessidade, na sequência de respetiva comunicação feita pelos próprios encarregados de educação, ou por terem sido detetadas pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e GAM – Gabinete de Atendimento ao Munícipe).

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos.

Considerando tratar-se de valores emitidos e/ou cobrados erradamente pelos serviços emissores desta Câmara Municipal.

**A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder-se à anulação da guia de receita n.º 20194/2014, pelos motivos constantes na tabela infra.**

Nº GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR
<b>Prolongamento de horário</b>			
20194/2 - 2014	Marco António Costa Ribeiro	276076664	Informação incorreta - DCD Anexo I

**Mais delibera, proceder-se à restituição do valor cobrado indevidamente na guia n.º 9251 de 2014, e dos valores relativos a senhas de alimentação escolar não utilizadas em anos anteriores, aos respetivos encarregados de educação, pelos motivos constantes nas tabelas infra.**

N.º	Nº GUIA/SENHAS	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR
<b>Mensalidades</b>				
1	9251/2 - 2014	Rafael José Simões Santos	256873437	Guia emitida em duplicado Anexo II
<b>Senhas individuais</b>				
2	5 Senhas -(1,46€)	Daniel Martins Vilela	Senhas não utilizadas – originais na DCD	Anexo III
3	4 Senhas -(1,46€)	Santiago Filipe Pedrosa		Anexo IV
4	14 Senhas - (1,46€)	Bruno Carlos de Almeida Alex		Anexo V
5	5 Senhas -(1,46€)	André Ferreira Soares		Anexo VI
6	36 Senhas -(1,46€)	Adriana Santos Duarte		Anexo VII
7	5 Senhas -(1,46€)	Letícia Filipa de Jesus Santos		Anexo VIII



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

**DADOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO/VALORES A RESTITUIR**

N.º	Nome Aluno	Nome Enc. Educação e N.º de Contribuinte		Valor a restituir
1	Rafael José Simões Santos	Ana Cristina Fernandes Simões	203468260	25,00€
2	Daniel Martins Vilela	Mónica Lopes Martins	216502934	7,30€
3	Santiago Filipe Pedrosa	Daniel Mendes Pedrosa	199152950	5,84€
4	Bruno Carlos de Almeida Alex	Patrícia Alexandra Soares de Almeida	259792977	20,44€
5	André Ferreira Soares	Alberto Carlos P. Alves Soares	200370049	7,30€
6	Adriana Santos Duarte	Fátima Santos Duarte	194966488	52,56€
7	Letícia Filipa de Jesus Santos	Marisa Rafaela dos Santos Farias	227148126	7,30€

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**31 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

Assunto a ser discutido e votado no dia 03/11/2014, na continuação da presente reunião.

**32 - ATRIBUIÇÃO DE PATROCÍNIO FINANCEIRO A AGENTES DESPORTIVOS QUE PROJETERM INTERNACIONALMENTE O NOME DE PORTUGAL – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE**

Assunto a ser discutido e votado no dia 03/11/2014, na continuação da presente reunião.

**33 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”.**

Assunto a ser discutido e votado no dia 03/11/2014, na continuação da presente reunião.

**34 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

Assunto a ser discutido e votado no dia 03/11/2014, na continuação da presente reunião.

**35 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

853 - Considerando que:

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que:

- a) A autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à reprogramação da execução de contratos administrativos já celebrados, não se traduz em novos encargos, mas na dilação de encargos já assumidos e em relação aos quais existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;
- b) Nos casos de reprogramação física e financeira de contratos administrativos em execução, é relevante a conformação do plano de trabalhos com a realidade física e que só após esta alteração se deve ter como genericamente autorizado o compromisso plurianual;
- c) Os encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos precedidos de procedimento de concurso público resultaram do recurso à concorrência e, por isso, traduzem em regra as melhores opções económicas que o mercado disponibiliza;
- d) Os encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, cujo valor se situe abaixo do limite que sujeita os contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, correspondem à realização de despesas correntes e/ou diretamente destinadas à prossecução das atribuições municipais;

- e) Em qualquer dos casos, a autorização genérica agora concedida depende de estar previamente assegurada a inclusão das verbas devidas nas Grandes Opções do Plano, nos anos em referência;

**Assim, a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:**

**A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:**

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2015;
- 3) Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2015;
- 4) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
- 5) À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação de regulamentos municipais e contanto que o valor não exceda o montante de cinco mil euros;

**B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.**

**C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.**

**D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.**

**E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2015.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

A Câmara Municipal delibera ainda, com os mesmos fundamentos legais, propor à Assembleia Municipal a ratificação de todos os processos de despesa assumidos no ano económico de 2014 relativos à atribuição de benefícios públicos assentes na aplicação de regulamentos municipais e que se repercutem no ano subsequente.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

### **36 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e nove de outubro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.473.498,90 €** (sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito euros e noventa centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião pelas 12:30 horas do dia 30/10/2014, sendo a mesma retomada no dia 03/11/2014, a partir das 09:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No dia três de novembro de dois mil e catorze, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, estiveram presentes os seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a discussão e votação dos pontos da ordem do dia abaixo relacionados e que transitaram da reunião do dia trinta de outubro de dois mil e catorze.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Antes de serem votados os documentos previsionais para o ano de 2015, foram relatadas as dificuldades encontradas na elaboração do orçamento municipal, motivadas pelas novas regras e pela não definição do novo quadro comunitário, tendo sido prestados todos os esclarecimentos suscitados pelos Srs. Vereadores.

Seguidamente, o Sr. Presidente pôs à votação a seguinte proposta:

**34 – PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

854 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2015, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2015-2018**

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 59.679.239,27 (*cinquenta e nove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e nove euros e vinte sete centimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2015 de 4.080.488,03€ (*quatro milhões, oitenta mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e três centimos*) e de não definido de 36.213.080, 00 (*trinta e seis milhões, duzentos e treze mil e oitenta euros*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 58.507.738,49 € (*cinquenta e oito milhões, quinhentos e sete mil setecentos e trinta e oito euros e quarenta e nove centimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2015 de 10.532.161,83€ (*dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e um euros e oitenta e três centimos*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

**Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

### **MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015**

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

### **ORÇAMENTO PARA 2015**

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2015, num total de 21.402.239,86 € (*vinte e um milhões, quatrocentos e dois mil, duzentos e trinta e nove euros e oitenta e seis cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Declaração de Voto, relativamente ao Orçamento Municipal (OM2015)*

*Sempre pautamos por uma gestão governativa consistente e estável.*

*Após as eleições autárquicas de 2009, fomos a primeira força a dar o passo para que a porta de estabilidade se abrisse para a existência de um governo local que levasse por diante a feitura de obras que até aqui não têm passado de programas ou simples projectos.*

*Por isso e para isso, elaborámos um acordo parlamentar, bilateral e sinalagmático, que a seguir se transcreve, para recordar, a saber:*

*“Entre:*

***A SECÇÃO POLITICA DO PS DA MARINHA GRANDE***

*E*

***A SECÇÃO POLÍTICA DO PSD DA MARINHA GRANDE***

*Tendo em conta os resultados das últimas eleições autárquicas no concelho;*

*Tendo em conta assegurar uma gestão com estabilidade, que possa resolver as grandes questões durante o próximo mandato;*

*Tendo em conta aproveitar os aspetos comuns ou próximos dos programas eleitorais dos dois partidos;*

*Tendo em conta que ambos desejam encontrar as melhores soluções para o concelho, procurando um caminho comum;*

***Foi celebrado o seguinte acordo político, cujos princípios fundamentais são os seguintes, com que ambos se comprometem:***

*1.º- Apoiar a criação de emprego qualificado pelas empresas existentes e facilitar a instalação de novas empresas no concelho;*

*2.º- Reforçar as parcerias estratégicas com os centros de saber de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente com o IPL, reconhecendo a sua importância nos “clusters” de elevada tecnologia do concelho e na formação de mão-de-obra altamente qualificada;*

*3.º- Acompanhar o ensino regular do pré-primário ao secundário, incluindo a vertente profissionalizante;*

*4.º- Envolver todos os intervenientes nas áreas desportiva, social e cultural para consensualização da complementaridade das suas atividades;*

*5.º- Desenvolver e melhorar a política social já implementada, reforçar as parcerias com as IPSS e outras instituições, apoiando as pessoas mais fragilizadas;*

*6.º- Apostar no turismo como uma verdadeira aposta no futuro, procurando parcerias, quer com entidades institucionais, quer com outras entidades relevantes; implementar uma Rota Turística nas redes nacionais e internacionais, considerando os Museus, as Matas Nacionais, as Praias, o Turismo Industrial e a Gastronomia como referência. Desenvolver a parceria com o COC (clube de Orientação) com a criação na Marinha Grande do centro de estágio a nível Nacional;*

*7.º- Ampliar e melhorar as redes de saneamento e águas, com particular atenção para os lugares onde ainda não existem;*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

*8º- Revitalizar o centro histórico da cidade, mantendo e, se possível, reforçando os incentivos já existentes, desafiando os proprietários e empresários a investir nos seus ativos, ancorados na renovação dos equipamentos públicos;*

*9º- Dotar o concelho de mais equipamentos públicos, tais como a ampliação de saneamento, a construção do novo mercado, melhoria da rede viária e, se as circunstâncias o proporcionarem, construir a piscina municipal;*

*10º- A concretização destes objetivos tem de passar por uma maior eficácia dos serviços camarários, considerando que estes só existem para servir o público, aproveitando as competências de cada funcionário, rentabilizando a atividade de cada um e aproveitando, ao máximo, os equipamentos existentes e introduzindo as melhores e mais atualizadas tecnologias para servir o público.*

*Neste sentido, ambas as partes se obrigam ainda:*

*1º- Reunir periodicamente quando estiverem em causa as grandes decisões para o concelho, para acertarem uma estratégia comum;*

*2º- Discutir previamente os planos de atividades e orçamentos, por forma a que mereçam o voto favorável de ambas as forças na Câmara e na Assembleia Municipal.*

*Marinha Grande, 17 de Outubro de 2013”*

*Se atentarmos bem no teor do acordo, só algumas propostas foram concretizadas, ficando muito aquém das expectativas inicialmente criadas.*

*Sempre disponíveis para colaborarmos com o executivo camarário, foi-nos solicitado contributos para a feitura do OM2015. Tal contributo foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente em 17-10-2014, que se transcreve seguidamente, a saber:*

*Na sequência da reunião de ontem, relacionada com os contributos para o OM2015, venho descrever o que entendemos ser oportuno para integrar o mesmo OM2015, certas obras, até porque, são cópia fiel ao programa do Partido ganhador nas eleições autárquicas 2013, para o concelho de Marinha Grande, com perfeito enquadramento na nossa génese política, sendo por isso infradescritos.*

*Não deve ser esquecido que existe um acordo entre PS/PSD, para a concretização de certas e determinadas obras que ainda muito falta para a sua concretização*

## ***Educação***

***Instalar Creche no edifício da Ivima***  
*Construir Centro Educativo*



### ***Terceira Idade***

*Apoiar atividade física na terceira idade*  
*Criar semana da Maior Idade*

### ***Juventude***

*Criar espaço vocacionado para a juventude no Centro Tradicional*  
*Criar a iniciativa “Semana Jovem”*

### ***Urbanismo e Requalificação Urbana***

*Concluir processo de revisão do PDM*

*Revitalizar Centro Tradicional*

*Criar incentivos para habitação do centro histórico*

*Requalificar estrada que liga a Vieira à Praia.*

### ***Desenvolvimento económico e acessibilidades***

*Criar gabinete de desenvolvimento económico*

*Construir novo Mercado Municipal*

*Promover a infraestruturização do alargamento da zona Industrial e alargar circuito da TUMG.*

### ***Turismo***

*Criar identidade turística para o concelho*

*Promover concelho como local de referência nacional para as atividades nas áreas do lazer, ambiente e preservação da natureza*

*Promover e divulgar a gastronomia local*

## ***Cultura***

### **Dinamizar Casa da Cultura Stephens**

*Criar um centro de artesanato Vidreiro*

## ***Desporto***

### **Construir nova piscina Municipal**

*Remodelar pavilhão gimnodesportivo do parque Municipal de Exposições*

*Construir Polidesportivo na Moita*

### **Criar sistema de utilização de bicicletas**

## ***Ambiente***

### **Alargar a toda a população a cobertura de saneamento básico**

*Construir Centro de interpretação Ambiental na Moita*

### **Criar pistas de ciclistas/ciclovias**

*Atualizar mapa de ruído do município*

*Todas as obras suprarreferenciadas são de suma importância para o desenvolvimento do concelho, mas conscientes, em geral, das dificuldades que o País atravessa numa perspetiva económica ou financeira e, em particular o nosso concelho, relevamos para serem executadas ou tão só e apenas, o seu início no próximo exercício, as obras descritas a negrito e sublinhadas. Para tal, de modo a receberem o nosso voto favorável, deve haver verba descrita no OM2015, para que se verifique a sua realização ou concretização.*

*Analisado que foi o projecto do OM2015, elaborado pelo executivo camarário, em coligação PS/CDU, está plasmado que o montante global de investimento proposto para os próximos 4 anos é de 11.026.231,33 euros, repartido da seguinte forma: 4.080.488,03 euros para 2015, 3.069.864 euros para 2016, 2.756.245,30 euros para 2017 e 1.119.634,00 euros para 2018.*

*As principais áreas abrangidas para este quadriénio a nível do **PPI** são as seguintes:*

***Investir na educação***

*É proposto um investimento definido de 1.081.274,00 euros na educação, com vista à requalificação de edifícios destinados à aprendizagem, bem como a adaptação de um edifício para a criação de uma creche e respetivo equipamento que permita o seu funcionamento.*

***Investir na rede de infra-estruturas (saneamento, abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos)***

*É proposto investir no período de 2015-2018 o montante de 1.730.094,00 euros na remodelação e construção da rede de abastecimento de água, saneamento e de resíduos sólidos, de forma a servir o máximo de população do concelho da Marinha Grande.*

*Os projetos consistem na construção de infra-estruturas do sistema de drenagem de águas residuais nas Trutas, Amieira, Picassinos, Albergaria, Pilado, entre outros, na construção de infra-estruturas para abastecimento de água no concelho da Marinha Grande, sendo que se espera suportar estas despesas de capital com candidaturas a Fundos Comunitários.*

***Investir na cultura e no desporto***

*Prevê-se investir 1.312.586,00 euros em reabilitação e reparação de equipamentos culturais e recreativos.*

*Estando a autarquia atenta ao facto de, nos dias de hoje, a atividade física ser um meio essencial para melhorar a saúde e bem-estar da população, constituindo um dos pilares para um estilo de vida saudável, foi destinado parte do investimento para requalificar espaços destinados à prática do desporto.*

***Investir no desenvolvimento económico***

*Uma das grandes apostas da autarquia para os próximos anos prende-se com o desenvolvimento económico do município. Para tal é proposto um investimento a médio prazo de 1.896.045,00 euros.*

*Pretende-se dotar o município de uma boa malha viária de forma a facilitar os acessos e a fixação de pessoas nas diferentes freguesias do concelho.*

*Os projetos consistem na construção da ligação de acesso da zona sul da Zona Industrial da Marinha Grande à Auto-estrada A8, na ligação da Estrada do Guilherme à estrada Marinha Grande/Maceira, na ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande e na construção do novo **Mercado Municipal da Marinha Grande**, sendo que se esperam suportar estas despesas de capital com candidaturas a Fundos Comunitários.*

*De facto tudo o que aqui se encontra descrito vai ao encontro das nossas pretensões, mas também é dito que tais obras só são realizadas se houver candidaturas a Fundos Comunitários.*

*O País, vindo de uma situação quase de banca rota, vivendo ainda numa situação de tutelado, não se encontra em condições de satisfação cabal de tudo o que a população a nível nacional mais necessita.*

*Evidentemente que a nível local isto tem repercussões nefastas para o nosso concelho. As obras por fazer são muitas e os recursos financeiros e económicos são escassos. Temos consciência disso. Pena é que a nível de política Nacional tal consciência não paire na mente dos políticos e se coloquem, atualmente, interesses partidários acima dos interesses das nossas gentes, em geral.*

*Porque sempre colocámos o interesse do concelho acima de qualquer outro e porque confiamos na gestão da atual coligação PS/CDU, tendo sido votada maioritariamente pela população marinhense, vieirense e moitense, situação que respeitamos, embora sabendo que algumas obras de cariz social para já não falar do mercado municipal, piscina e saneamento, podiam já ter sido efectuadas ou, pelo menos, começadas.*

*Estamos convictos que esta nossa última pretensão para o OM2016 já não se vai colocar e que tais obras já estejam, pelo menos, com o lançamento da primeira pedra, até porque os programas eleitorais têm de ser cumpridos, sob pena de começarmos a pensar que só serviram para angariar votos em campanha eleitoral. Vamos estar atentos.*

*Por tudo o que foi descrito, designadamente, pelas limitações impostas pela Lei de compromissos, pela redução de Receitas e pelo aumento de despesas, damos o benefício da dúvida à governação da coligação PS/CDU, votando favoravelmente este OM2015.*

*CMMG, 03-11-2014*

*O Vereador Municipal pelo PPD/PSD, como independente.*

***António Santos”.***

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto contra pelas seguintes razões:*

*Numa sociedade democrática as instituições devem reger-se pelo respeito pelo funcionamento dos seus órgãos e pelo cumprimento da lei.*

*A Lei nº 75, 2013, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, refere expressamente no nº 2 do seu Art.º 53º que “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação”.*

*Tal não se verificou quanto ao envio da documentação para a reunião convocada para 30 de Outubro corrente, nomeadamente a documentação relativa aos documentos previsionais, isto é, a proposta de orçamento para 2015, que se revestem da maior importância para a vida do concelho e que deveriam exigir um cuidado redobrado da parte do executivo na sua análise e apreciação.*

*Da mesma forma não foi respeitado o prazo de entrega dos referidos documentos na Assembleia Municipal até 31 de Outubro de 2014.*

*Perante esta situação de desrespeito pela legalidade e pela impossibilidade prática, de em tempo útil poder analisar devidamente e com rigor os documentos que determinam o orçamento para 2015, o + Concelho não pode pactuar com este tipo de procedimento e vê-se na contingência de votar contra."*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"A convocatória recebida a 27 de Outubro, para a reunião realizada a 30 de Outubro, e os documentos que a acompanharam, deixaram-me indignado, não podendo deixar de manifestar a minha desilusão por esta conduta política e desagrado pelo desrespeito institucional perante esta situação a qual passo a clarificar:*

*- No dia 27 de Outubro, os documentos enviados em simultâneo com a ordem do dia, não continham qualquer documento previsional para o ano 2015: nem GOP, nem mapa de pessoal, nem orçamento, tal como indica o nr. 2, do Art. 53º do DL 75/2013 (RIAL), que diz:*

*"A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respectiva documentação".*

*- A decisão então tomada, aliás preparada no dia 27 de Outubro, foi-me comunicada telefonicamente pelo Sr. Presidente, dizendo que era sua intenção realizar a reunião ordinária em duas partes: uma no dia 30 de Outubro e a segunda parte no dia 3 de Novembro. A razão invocada foi a de que o orçamento não estaria preparado nesse dia (27 de Outubro).*

*- O orçamento de 2015 tinha de ser entregue na Assembleia Municipal até 31 de Outubro, conforme o DL 73/2013, artigo 45º que passo a citar: "Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de Outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte".*

*- Assim, propus ao Sr. Presidente que enviasse a documentação do orçamento no dia 28 de Outubro e fizéssemos a segunda parte da reunião até ao limite do dia 31 de Outubro, podendo então entregar o orçamento com a respectiva deliberação da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no cumprimento do prazo. Ora, esta proposta não foi aceite pelo Sr. Presidente tendo o mesmo argumentado que "não sabia quando o orçamento estaria pronto".*

*- Na reunião ordinária de 30 de Outubro, continuaram sem ser apresentados quaisquer documentos e consequentemente o orçamento não foi discutido.*

*- Recebemos a documentação referente aos documentos previsionais para o ano 2015 na quinta-feira, dia 30 de Outubro, às 21h45.*

*- Hoje, 3 de Novembro, estamos a discutir os documentos previsionais, uma vez mais infringindo a lei, pois não recebi a documentação com a antecedência de "dois dias úteis" sobre a data da reunião.*

*- Para além desta ilegalidade e do desrespeito institucional pelos eleitos, o executivo permanente cometeu outra ilegalidade ao não entregar na Assembleia Municipal os documentos previsionais em 31 de Outubro, conforme dita a lei. Ou, admitindo a hipótese de os ter entregue, questiono qual o conteúdo da deliberação da Câmara que*

*acompanhou o documento na sexta-feira, quando apenas hoje, segunda-feira, dia 3 de Novembro, estamos a discutir e a deliberar sobre o assunto.*

*- Numa reunião deste executivo, a Sr.ª Vereadora Alexandra afirmou claramente que, quando não concorda com uma lei, a contorna. Será que neste caso havendo uma discordância com a lei, todo o executivo permanente adotou este princípio?*

*- A importância que tem o orçamento e as grandes opções do Plano 2015 para a vida do município, só por si, mereceria uma reunião exclusivamente a ele dedicado, como fazem na generalidade dos municípios. Porque não fizemos, uma reunião extraordinária exclusiva para análise e discussão das actividades e orçamento para 2015, em tempo útil?*

*- Senhor Presidente, será que, apesar de estar aqui por direito, democraticamente eleito, não sou merecedor do respeito institucional que evite o envio dos documentos em cima da hora? Reitero este pedido reunião após reunião. Na passada reunião voltei a pedir o envio da documentação com antecedência e veja-se o resultado: um claro desrespeito pelos princípios que norteiam a vida autárquica.*

*- A discussão e aprovação do orçamento, do mapa de pessoal e das GOP 2015 não cumpre a lei para a sua apresentação na AM. É mais um facto elucidativo do timbre deste executivo em funções permanentes, da falta de planeamento e da indiferença que os senhores vereadores, dos partidos que apoiam incondicionalmente este executivo, dão a este documento, que deveria ser orientador e indispensável para o desenvolvimento da nossa terra.*

*- Apesar do escasso tempo que me foi dado para o analisar este assunto, retive que não corresponde às necessidades de um concelho como o nosso e foi feito apenas para cumprir calendário.*

*- Dito de forma simples, uma estratégia expressa as acções para atingir uma ambição e um orçamento resulta da valorização das acções que representam receitas ou despesas, decorrentes da execução de uma estratégia. Nada disso se encontra no documento apresentado. Apesar do esforço em se apresentar um documento que pudesse de alguma forma não ser um conjunto de mapas, tal como foi apresentado no ano passado, as prioridades enunciadas resumem-se a questões básicas, sem qualquer profundidade, avulsas e sem coerência. Apesar da boa vontade de quem elaborou o documento, como não existe uma ambição, nem uma visão, nem orientações estratégicas de natureza política, dificilmente alguém conseguiria fazer melhor.*

*- Não posso compreender que o desenvolvimento económico continue a não constar nas prioridades deste executivo permanente. É através dele que, a médio prazo, poderíamos ambicionar uma vida num concelho mais próspero e inclusivo. A título de exemplo, recordo que, de acordo com dados do INE, referentes ao período de 2009 a 2013, as exportações da nossa região cresceram mais de 50%. Nesse mesmo período e no nosso concelho, as exportações cresceram apenas pouco mais de 30%. Mais, neste ano continuamos a crescer menos e os nossos vizinhos de Leiria passaram a ser o maior exportador, lugar que sempre foi nosso. Estes factos são preocupantes, mas se reflectirmos um pouco verificamos que aparte de algum show-off para a comunicação social, nada de concreto tem sido feito para inverter esta realidade. Veja-se o caso dos apoios não abrangerem o turismo, nem o comércio, bem como os serviços, o não ouvir nem atender as propostas dos agentes económicos nas suas necessidades mais relevantes, nem em tempo*

*útil. Como resultado, perdemos a atractividade fixando-se cá menos empresas e verificando-se uma deslocalização para concelhos vizinhos.*

*- Temos questões de difícil compreensão que encontrei no orçamento. Apesar da permanente queixa que não têm dinheiro e que há redução no orçamento, isto não é verdade, aliás é exactamente o contrário. A Câmara vai ter um aumento de receita, suportada directamente pelos munícipes. Apenas como exemplo vai haver um aumento de receitas de 18% nos impostos directos (IMI / IMT / IUC / derrama) e um aumento de receita de 29% vindo do IRS pago pelos munícipes.*

*- À luz de um nobre princípio que nos deveríamos nortear, que se prende com o facto de se dar oportunidade aos mais fragilizados para tornarmos o nosso concelho mais inclusivo e coeso, optamos por políticas desajustadas e que não contribuem para o decréscimo das desigualdades sociais, ignoram os problemas do concelho, a toxicodependência, a violência, a pobreza e exclusão social, a deficiência e a situação dos idosos, a instabilidade das famílias decorrente da fragilidade económica e social em que se encontram, a marginalidade e o risco a que os jovens estão sujeitos, entre outros que aqui poderíamos indicar.*

*- Apesar das referências dos auditores e da minha insistência, continuamos a atribuir subsídios às associações e colectividades de forma arbitrária, sem critérios justos e, geralmente, fora do tempo.*

*- Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efetiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.*

*- Como referi no princípio, além de entregarem a documentação fora do prazo, ainda existe aqui uma tentativa de habilitação ilegal pois, embora estejamos a discutir o orçamento a 3 de Novembro, foi agendada na reunião de 30 de Outubro, para que se pudesse fingir que se cumpriu a lei, eventualmente para entregar ao presidente da AM com data de 31 de Outubro. Não contem comigo para estas habilitações e tudo farei para que não passem impunes.*

*Por ser ilegal nos prazos e por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra que garanta uma efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015.*

*Marinha Grande, 3 de Novembro de 2014*

*O Vereador*

*Aurélio Ferreira”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A alusão à minha pessoa, colocando na minha boca, uma frase desgarrada de qualquer contexto, revela bem o desespero do Sr. Vereador no que concerne à sua incapacidade de aceitar as regras do jogo democrático. Só alguém em verdadeiro desespero de causa*

*necessita de, na discussão de um documento tão importante para o Município, utilizar este tipo de argumento, descontextualizado.*

*Quanto às críticas feitas pelo Sr. Vereador Aurélio em sede de declaração de voto previamente elaborada resulta claro o seguinte:*

*- teve, afinal, tempo para estudar os documentos previsionais! As críticas, quanto à entrega da documentação com 12 horas de atraso, é pura demagogia política.*

*Em 2.º lugar, o Sr. Vereador Aurélio admite que não tem ideias para a nossa terra e daí que, quando lhe foram pedidos os seus contributos para os documentos previsionais, admitiu não ter ideias próprias para o concelho mas sim ter ido buscar aos programas eleitorais dos outros partidos esses mesmos contributos.*

*Congratulo-me com a demonstração desta incapacidade. Assim, retira-lhe também margem de manobra para, de hoje em diante, vir escrever nos jornais que o que foi feito foi por sua proposta e iniciativa.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente os documentos previsionais para 2015 pelos motivos minuciosamente explicitados durante a discussão dos documentos. Os documentos ora aprovados foram distribuídos de igual modo para toda a vereação, com 72 horas de antecedência, de modo a possibilitar a sua análise para a discussão nesta reunião.*

*Na discussão dos documentos o Sr. Vereador do MpM apenas se limitou a argumentar e a trazer à discussão assuntos laterais e de formalismo duvidoso que em nada adiantaram para a melhoria da vida dos munícipes e do Município. Lamento que os contributos solicitados ao Sr. Vereador do MpM reflectissem isso mesmo – generalidades sem qualquer quantificação e fundamentação.”*

**O Sr. Presidente da Câmara subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente e disse o seguinte:**

*“O montante global de investimento proposto para os próximos 4 anos em termos de Plano Plurianual de Investimentos cifra-se no valor de 11 milhões de euros. Na educação, no próximo ano, prevemos investir à volta de 1 milhão de euros, mas nos 4 anos do Plano propomo-nos investir à volta de 7 milhões de euros. Na rede de infraestruturas, no próximo ano, propomo-nos investir 1 milhão e 700 mil euros, mas nesta área, no horizonte temporal 2015-2018 propomo-nos investir à volta de 10 milhões de euros. Na cultura e no desporto, para o próximo ano, temos 1 milhão e 300 mil euros, mas no horizonte 2015-2018 prevemos investir à volta de 5 milhões e 300 mil euros. No desenvolvimento económico, preocupação do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, no ano de 2015 prevemos investir 1 milhão e 900 mil euros, no quadriénio prevemos investir à volta de 9 milhões e 100 mil euros. Se isto não é ter ambições para o Município, o que será o documento apresentado pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, em que um quarto das suas propostas é bater na doação dos livros escolares pela Câmara Municipal da Marinha Grande aos seus alunos?”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:25 horas às 11:35 horas.



**32 - ATRIBUIÇÃO DE PATROCÍNIO FINANCEIRO A AGENTES DESPORTIVOS QUE PROJETEREM INTERNACIONALMENTE O NOME DE PORTUGAL – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE**

855 - O Judo Clube da Marinha Grande, solicitou através de requerimento com registo de entrada n.º 2168/2014, de 12 de março do corrente ano, complementado com o requerimento com registo de entrada de 31 de outubro, um apoio financeiro enquadrado nos objetivos do atleta marinhense Nuno Saraiva, atleta do referido clube, de obter os mínimos para participar no Campeonato da Europa e do Mundo e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Presente informação jurídica, de 24 de março de 2014, sobre a admissibilidade de atribuição de um apoio financeiro ao Clube de Judo da Marinha Grande.

Presente informação n.º 1091, de 21 de julho de 2014, relativo à avaliação do pedido de apoio financeiro ao Judo Clube da Marinha Grande;

O Judo Clube da Marinha Grande identifica como principais fundamentos:

- *“a participação de um atleta nos Jogos Olímpicos traria prestígio para a Marinha Grande e para o Desporto local”;*
- *“a cobertura extensiva dada por todos os órgãos de comunicação às equipas olímpicas traria benefícios de imagem directos para o desporto municipal”;*
- *“traria impacto positivo na dinamização do desporto local, quer em termos de Judo, mas também em termos gerais”;*
- *“demonstrar que com a perseverança, dedicação e trabalho, um jovem de um Clube da Marinha Grande pode aceder aos mínimos olímpicos e potenciar essa história de sucesso junto de toda a comunidade jovem do Concelho.*

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014, e enuncia três modalidades de apoio: atividades de carácter anual, atividades de carácter pontual e apoio a infraestruturas;

Considerando que no artigo 27.º do Regulamento estabelece-se que os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande;

Considerando que nos termos do parecer jurídico, em anexo, entende-se que *“a pretensão deduzida não se insere em qualquer das tipologias de apoio consagradas no Regulamento municipal, antes se enquadrando no âmbito de um patrocínio desportivo”*;

Considerando ainda nesse parecer que o patrocínio desportivo é livremente admitido, no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, traduzindo-se na atribuição de um patrocínio financeiro dirigido aos agentes desportivos cuja atividade, nesta qualidade, projete internacionalmente o nome do País, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

Considerando que é reconhecido que o atleta Nuno Saraiva, ao participar em provas fora de Portugal, irá projetar a imagem de Portugal internacionalmente;

Considerando que a atribuição de patrocínios desportivos dirigida a agentes desportivos que projetem internacionalmente o nome do País, não se encontra previsto no artigo 7.º do Regulamento municipal, por não se tratar de atividades de carácter anual, pontual ou de realização de infraestruturas;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios;

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, por reconhecer que a participação do atleta marinhense Nuno Saraiva em provas fora de Portugal irá projetar a imagem de Portugal internacionalmente, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE	Participação do atleta Nuno Saraiva em provas internacionais no ano de 2015	506 889 955	4.400,00€	A/152/2014

**A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.**

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Estou completamente de acordo com este apoio porque o atleta Nuno Saraiva é um exemplo de empenhamento e leva o nome da Marinha Grande muito longe.”*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de apoios, subsídios ou patrocínios, a prática que o Município tem seguido na atribuição a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.*

*Este processo é revelador da falta de critérios, tendo como consequência a confusão gerada na decisão sobre o que fazer. A 11 de Março de 2014 o Judo Clube da Marinha Grande, no seguimento duma reunião com o Sr. Presidente, onde concerteza foi explicado pessoalmente o que se pretendia, apresentou um documento, onde descreve as suas preocupações e necessidades solicitando um apoio para a participação do atleta Nuno Saraiva em diversas provas internacionais. Ao longo do ano nas reuniões de camara fui enaltecendo e registando em acta, os feitos gloriosos do nosso conterrâneo judoca, que foi obtendo em algumas das provas aqui mencionadas, comprovando, se houvesse dúvidas, a sua presença.*

*O parecer jurídico de 24 de Março refere que esta situação não se encontra expresso no Regulamento, ou seja, mais uma lacuna que continua por suprir. Então a proposta é incluir no Art 27º (Omissões), quer dizer, naquele artigo que permite incluir as livre arbitriedades, onde cabe tudo, onde, por ausência de critério, se pode incluir o que quiser, a quem quiser, com o valor que se pretender.*

*A 21 de Julho, o Sr. vereador Vítor Pereira determina atribuir um apoio financeiro (e não um patrocínio) no valor de € 5.000,00.*

*Na agenda da reunião 25, recebida a 27 de Outubro, para a reunião de 30 de Outubro, a proposta de deliberação refere que o apoio financeiro será afinal um patrocínio no valor de € 5.000,00, a atribuir ao Judo Clube da Marinha Grande, pela participação do atleta Nuno Saraiva em provas internacionais realizadas em 2014.*

*Qual a razão da mudança para “patrocínio financeiro” quando o Sr. vereador tinha decidido que seria um “apoio financeiro”? Saberá que os patrocínios entregues às associações são taxadas com impostos (IVA e IRC), logo o valor líquido recebido pelo clube ficará substancialmente reduzido.*

*Para além desta situação, somos agora confrontados com uma nova deliberação que insiste num “patrocínio financeiro”, mas agora é de € 4.400,00, e, pasme-se o objecto “participação do atleta Nuno Saraiva em provas internacionais em 2015”.*

*Demorámos desde 11 de Março de 2014 para tomar uma decisão. O atleta Nuno Saraiva, tal como tinha sido informado participou nas provas internacionais durante o ano de 2014. Então e o apoio financeiro é para 2015? Então e o apoio de 2014?*

*Como tem sido referido, os apoios dum ano civil dizem respeito apenas a esse ano, não podendo ser pago num ano e apresentar as despesas inerentes noutro ano diferente. Inclusivamente na última reunião se falou duma situação em que o subsídio atribuído não confere com as despesas apresentadas por terem sido contraídas num ano civil diferente.*

*É importante o reconhecimento público aos atletas com louvores, mas para que eles consigam atingir tais performances é fundamental os apoios financeiros, que, pelos vistos, a camara simplesmente decidiu não atribuir em 2014. Repudio veementemente esta situação, pois se se entende que o desempenho do atleta dignifica a Marinha Grande, não compreendo como não o apoiamos quando ele necessita e sobretudo quando o louvor é relativo a este período.*

*Como sempre, este é mais um caso de não cumprimentos de prazos nas decisões, arrastando desde 11 de Março, e, sem o regulamento com critérios definidos, decide o executivo permanente que não vai dar apoio financeiro em 2014. Lamentável, mas é esta a triste realidade.*

*Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios... e os prazos”*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.*

*Deste modo e com base em que:*

- *Tem sido prática desta camara atribuir apoios financeiros a eventos depois de ocorridos;*
- *É reconhecido o esforço e divulgação da nossa terra através deste Clube e do seu atleta durante o ano 2014;*
- *A atribuição e pagamento de apoios tem sido decidido para o ano em curso (2014) e não se aceita despesas de outro ano civil (2015);*
- *Continuamos a decidir sem ser com base em critérios do Regulamento e por isso recorremos a “casos omissos”*

*Por tudo isto não percebo porque se discrimina o apoio a este Clube, optando-se por conceder um patrocínio em vez de um subsídio. Tanto mais, que sendo um patrocínio irá penalizar a entidade com o pagamento de impostos, que se fosse um apoio financeiro não teria. Por outro lado que não se reconheça o esforço feito em 2014, e consequentemente não se dê qualquer apoio em 2014.*

*Por estas razões entendo votar contra nesta votação.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente este patrocínio porque o atleta e o clube o merecem e têm vindo a levar o nome do País, e em particular do concelho da Marinha Grande, a todo o Mundo. Este patrocínio é um incentivo ao atleta e o reconhecimento objetivo dos seus feitos desportivos.*

*Os votos de reconhecimento até agora feitos pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira em reuniões anteriores é pura demagogia porque quando na prática reconhecemos e apoiamos financeiramente esse apoio o Sr. Vereador opõe-se, votando contra.”*

**O Sr. Presidente da Câmara subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente.**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Decidi fazer declaração de voto para enfatizar o meu voto favorável a esta decisão e para lamentar publicamente a posição do Sr. Vereador Aurélio Ferreira que não se coíbe em colocar em causa a atribuição de um patrocínio a um atleta que tão longe tem levado o nome do concelho da Marinha Grande.”*

**O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Aquando da leitura do protocolo entre o Clube de Judo e a Câmara Municipal da Marinha Grande suscitaram-me dúvidas do porquê de se atribuir um patrocínio e não um subsídio. Após a explicação do Dr. Miguel Crespo decidi votar favoravelmente o tão merecido patrocínio ao Clube de Judo da Marinha Grande. Sem dúvida que se trata de um clube/atleta de craveira mundial de que todos os marinhenses se devem orgulhar pela sua representatividade.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente a atribuição do patrocínio em causa por:*

- 1.º - estar o mesmo suportado em parecer jurídico que nos sustenta a legalidade do mesmo;*
- 2.º - por esta deliberação ser o reconhecimento da meritória actividade do atleta;*
- 3.º - por essa actividade constituir um veículo fundamental de promoção do nosso concelho.*

*Repudiar a declaração de voto do Vereador Aurélio Ferreira, porque na prática, independentemente do reconhecimento que lhe assiste de crítica, deveria ter em consideração a prática e o reconhecimento devido ao atleta.”*

**31 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

856 - Presente informação n.º 1499/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 22 de outubro de 2014, na qual se dá conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade de 2014 e consequente atribuição de apoios as entidades do Concelho que se propuseram a desenvolver o Programa de Atividade Física da 3ª Idade de Janeiro a Dezembro do presente ano.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua atividade exclusivamente na mesma.

Considerando a atividade Física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera de no uso das atribuições dos tempos livres e desporto nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e no uso das competências definidas pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro proceder à atribuição de um subsídio de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) e aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo (Anexo 2), com as entidades mencionadas no seguinte quadro:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

Entidade	NIF	Valor
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	1.500,00 Euros
Clube Desportivo da Garcia	501 395 369	1.500,00 Euros
Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio	501 056 467	1.500,00 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2014/A/79 do Plano de Atividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2015.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de actividade física para a 3.ª idade, porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais. Ou seja, entendo que seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição presta. Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente porque o programa é justo e objectivo. O programa em si não suporta todas as despesas suportadas pelas associações. Suporta uma parte, pelo que o afirmado pelo Vereador Aurélio Ferreira, na prática, não tem qualquer correspondência.”*

O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Paulo Vicente subscreveram a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.

**33 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”.**

857 - O Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014, e enuncia três modalidades de apoio: atividades de carácter anual, atividades de carácter pontual e apoio a infraestruturas;

O Regulamento prevê no n.º 3 do artigo 11.º que as candidaturas aos programas de apoio a atividades pontuais e de apoio a infraestruturas, podem ser apresentadas para além do prazo referido no n.º 1, desde que o pedido seja devidamente fundamentado.

A entidade através de requerimento com registo de entrada n.º 8109 de 8 de outubro, vem formalizar o pedido de apoio financeiro, com vista à execução efetiva do relvado sintético no Campo de Jogos do Tojal.

Considerando que o apoio a programas de desenvolvimento desportivo é livremente admitido, no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, traduzindo-se na atribuição de um apoio financeiro através da celebração de contratos-programa, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte da entidade beneficiária, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios;

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2014/A/151 do Plano de Atividades está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.



Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR
GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”	Construção e colocação de relvado sintético	500885044	100.000,00€

Mais delibera, com o mesmo fundamento legal, aprovar a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar, que se dá por integralmente reproduzida.

Delibera ainda informar a entidade beneficiária que a falta de comprovação dos custos incorridos no prazo estipulado tem como consequência a impossibilidade de manutenção em vigor do contrato celebrado.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições. Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...”*

*A Câmara exigiu às entidades que apresentassem o planeamento das actividades em Setembro de 2013. Não informou que actividades eram apoiadas e com que montante. Esta candidatura não foi avaliada pelos critérios decididos nas reuniões de 16 de Abril e 16 de Outubro, nem nos mesmos termos adoptados para outras associações desportivas. No entanto, esteve agendada para a reunião de 31 de Julho (quando o requerimento de candidatura da entidade beneficiada é de 8 de Outubro de 2014) e nessa proposta de deliberação o valor a atribuir era metade em 2014 e o restante em 2015. Sem qualquer justificação o Sr. Presidente retirou esse ponto da ordem do dia. Na reunião seguinte, de 14 de Agosto, veio à reunião uma única proposta de alteração do regulamento de atribuição de apoios e referia-se exclusivamente à possibilidade de “Excecionalmente, as candidaturas aos programas de apoios a actividades pontuais e de apoio a infra-estruturas, poderem ser apresentadas para além do prazo, ou seja em qualquer altura”.*

*Referi então, e deixei numa declaração de voto, que a revisão do regulamento devia ser feito na totalidade e não apenas num ponto específico, mencionando que a Câmara Municipal não tem uma estratégia para o associativismo apenas apoia as associações que quer, de forma discricionária, alterando o regulamento à medida das decisões que pretende tomar. Na altura o Sr. vereador Vítor Pereira afirmou que eu tinha feito esta afirmação “malevolamente”.*

*No entanto, hoje, perante a atribuição deste apoio de € 100.000,00, questiono se teria sido possível tomar esta deliberação se não tem sido feita aquela única alteração ao Regulamento no dia 14 de Agosto.*

*Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, elaborar uma carta desportiva que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.*

*Passou praticamente um ano sobre esta discussão em reunião de camara e continua sem haver a revisão do regulamento. Tenho repetido aqui isto inúmeras vezes e referido que os auditores às contas fizeram essa recomendação. Na última reunião o Sr. vereador Vítor Pereira ainda pôs em questão se no relatório de auditoria tal estava escrito, solicitando aos serviços da DFTI – Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, que fornecessem, por escrito, a recomendação dos auditores às contas de 2013, onde é mencionada a alteração ao regulamento de atribuição de subsídios, num claro desconhecimento do que foi recomendado pelos auditores e que passo a citar: “dada a natureza pública das verbas em causa, recomenda-se a revisão do processo de atribuição de subsídios e acompanhamento e monitorização da aplicação dos mesmos com calendário definido previamente e eventuais penalizações por incumprimento contratual.”*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado, não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar, antes da realização da actividade ou evento.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**Depois de o Sr. Vereador Aurélio Ferreira terminar a leitura da sua declaração de voto, o Sr. Presidente disse o seguinte:**

*“Percebo agora porque é que não houve tempo para estudar o orçamento.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente porque a atribuição deste apoio em infraestruturas desportivas é um processo claro e transparente e vem culminar no reconhecimento por parte do executivo municipal da luta do clube e da população de Picassinos por uma infraestrutura que corresponde às suas necessidades e aspirações.*

*Os munícipes esperam de nós, executivo municipal, acções concretas e objetivas e menos falácia demagógica.”*

**O Sr. Presidente da Câmara subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente.**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente porque:*

- 1. é justo a Câmara apoiar esta infraestrutura desportiva;*
- 2. porque este era um compromisso antigo da Câmara Municipal;*
- 3. porque esta infraestrutura desportiva é uma contribuição importante para o desenvolvimento desportivo da Marinha Grande;*
- 4. porque este apoio se insere numa política concelhia de apoio a infraestruturas que não irá ficar por aqui, outros clubes e outras associações virão a beneficiar destes apoios.*

*As maiores felicidades para “Os Vidreiros” e para a sua atividade.”*

**O Sr. Vereador António Santos disse que concorda com as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira e considera que é mais do que justo este apoio.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**858 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
30/10/2014 e 03/11/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 25

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:45 horas do dia três de novembro de dois mil e catorze.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**